PROTOCOLO GERAL

NUP: 64045.001637/2024-65

PR ELETR SRP Nº 10/2024 - 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

SEÇÃO DE AQUISIÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SALC

VOLUME I

INTERESSADO: Setor de Aprovisionamento do 7º BEC

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviços controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Pregoeiro Designado: 1° Ten Arthur Jorge, designado no Boletim Interno Nr 56, de 21 de março de 2024.

ANEXOS: Todas as documentações constantes no índice deste processo.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1.				4.			
2.				5.			
3.				6.			

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 01
[redacted]

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO
(Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia e TIC)

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[1]	Sim	
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[2]	Sim	
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[3]	Sim	
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções?[4]	Sim	
Consta documento de formalização de demanda?[5]	Sim	
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?[6]	Sim	
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?[7]	Sim	
Há Estudo Técnico Preliminar?[8]	Sim	
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?[9]	Sim	
Há Análise de Riscos?[10]	Sim	
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?[11]	Não se aplica	
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?[12]	Sim	

BATALHÃO DE ENGE...
Fls. 02
[redacted]

Há termo de referência?[13]		
Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022?[14]	Sim	
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?[15]	Sim	
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Sim	
Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração?[16]	Sim	
O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária?[17]	Sim	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo[18]?	Sim	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	Sim	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las?[19]	Não	
Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011?[20]	Não	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?[21]	Sim	
Os autos estão instruídos com o edital da licitação?[22]	Sim	
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior	Não se aplica	

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 03

desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação?[23]		
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização?[24]	Sim	
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	Sim	
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado?[25]	Sim	
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos?[26]	Não se aplica	
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos?[27]	Não se aplica	

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação?[28]	Sim	
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto?[29]	Sim	
Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo?[30]	Sim	
Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados?[31]	Não se aplica	
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização	Sim	

5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 04

das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021?[32]		
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes?[33]	Sim	
Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano?[34]	Não se aplica	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas?[35]	Sim	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo?[36]	Sim	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação?[37]	Sim	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável?[38]	Sim	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das		

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 05

características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado?[39]	Sim	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?[40]	Sim	
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação?[41]	Não se aplica	
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?[42]	Não se aplica.	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?[43]	Não se aplica	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização?[44]	Não se aplica	
Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento?[45]	Não se aplica.	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[46]	Não se aplica	
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?[47]		
Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços?[48]	Sim	
Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo?[49]	Não se aplica	
Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos?[50]	Não se aplica	

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 06
[redacted]

Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?[51]	Sim	
Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato?[52]	Sim	
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?[53]	Não se aplica	

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ASSUNTO: Processo Administrativo – Pregão Eletrônico SRP nº 10/2024 – 7° BEC

REFERÊNCIA: Documento de formalização da demanda de 17 de maio de 2024.

AMPARO LEGAL: art. 28, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

TERMO DE ABERTURA – AUTUAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de junho de 2024, nesta cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, no 7° Batalhão de Engenhara de Construção, faço a abertura do Processo Administrativo nº 64045.001637/2024-65, referente ao processo de licitação para contratação de serviços .controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, autuando os termos e os demais documentos a ele anexados que me foram encaminhados pelo OD do 7° BEC e pelos requisitantes, do que, para constar, lavro o presente termo.

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 01
[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Parte Requisitiva nº 03/2024 – APROV

Rio Branco - AC, 17 de maio de 2024.

Do Chefe do Setor de Aprovisionamento do 7º BEC

Ao Sr. Fiscal Administrativo do 7º BEC

Assunto: Contratação de Serviço

Rfr.: Art 13 IG 12-02.

Anexos: Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Gerenciamento de Risco, Relatório de Pesquisa de Preços.

1. Nos termos contidos no Art. 13 das IG 12-02, aprovadas pela Port Min nº 305, de 22 Maio 95, solicito-vos providências no sentido de aprovar a contratação dos serviços de controles de pragas, constantes no Termo de Referência anexo, a fim de atender a demanda do 7º Batalhão de Engenharia de Construção.

[redacted]

DESPACHO DO CHEFE DA FISCALIZAÇÃO	DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA
1. O(s) referido(s) material(is) necessita(m) ser adquirido(s). 2. Para fins do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, empregar os recursos na Op taquari (DEC), FEx, COLOG e DGO.	1. Autorizo a aquisição do(s) material(is) e determino a abertura de Processo Licitatório, se for o caso. 2. O Oficial encarregado do Setor de Aquisições adote os procedimentos cabíveis de acordo com as normas em vigor. 3. Publique-se em Boletim Interno.

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 08

realizada uma inspeção **INOPINADA**, no dia **20 de maio de 2024**, pelo Comandante desta OM, nas atividades e documentações daquele Setor, conforme Portaria Nº 25-DGS, de 26 NOV 87, que constatou os seguintes:

(1) modelo de Nota para BI é o previsto nas Normas;
(2) publicação em BI e Grades Reduzidas e Completas correspondem;
(3) modelos das Grades são os previstos nas Normas;
(4) os valores da Grade de Etapas Reduzidas e do Mapa de Gêneros Fornecidos correspondem;
(5) o Modelo do Mapa de Gêneros Fornecidos (MGF) é o previsto nas Normas;
(6) os dados do Mapa de Gêneros Fornecidos e publicação em BI correspondem;
(7) o Modelo das Fichas de Estoque é o previsto nas Normas;
(8) as quantidades de gêneros constantes das Fichas de Estoque coincidem com as dos MGF e calculados;
(9) os gêneros constantes do MGF correspondem às necessidades para atendimento do cardápio;
(10) as quantidades constantes das Fichas de Estoque correspondem à existência real de gêneros no depósito;
(11) o modelo do Vale Total de Rações (VTR) é o previsto nas Normas;
(12) o VTR corresponde à totalização dos Vales Diários de Rações (VDR);
(13) o VDR é o previsto nas Normas; e
(14) as quantidades constantes dos VDR correspondem exatamente ao comparecimento às refeições.

Em consequência, o Aprovisionador e demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Nota Nº 91928, de 3 junho de 2024, do Aprovisionamento)

c. Nomeação de Equipe de Planejamento da Contratação - Contratação de Serviço

O Ten Cel **ABELARDO** SILVA DE FARIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelecidas pela PORTARIA - C EX Nº 743, DE 7 DE JUNHO DE 2023, tendo em vista o que determina o Art 18º da Lei Nº 14.133/2021; Art 7º, Art 15º e o inciso VII do Art 3º, da Instrução Normativa Nº 58, de 8 de agosto de 2022, expedidas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.
RESOLVE:

1 - Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação de serviços controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC.
2 - Designar os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro Permanente desta Organização Militar, para, sob a chefia do primeiro, constituírem a Equipe especificada no artigo precedente, a contar de 17 de maio de 2024 (por não ter sido publicado em data oportuna):

1º Ten PEDRO ALMEIDA **BUSO** – Aprovisionador do 7º BEC
3º Sgt **VICTOR HUGO** LOPES BRAGA – Aux do Aprovisionador 7º BEC
Cb **GABRIEL** DE SOUZA **DAMASCENO** – Aux do Aprovisionar do 7ºBEC

3 - Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos documentos.

Em consequência:
1) a Equipe de Planejamento da Contratação:

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. [redacted]

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC)	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Setor de Aprovisionamento	
Responsável pela Demanda: [redacted]	**Matrícula/SIAPE/PREC-CP:** [redacted]
E-mail: [redacted]	**Telefone:** [redacted]

1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

Tendo em vista não possuir processo licitatório vigente para os serviços de dedetização para o 7º Batalhão de Engenharia de Construção – 7º BEC, e manter a higiene e salubridade das instalações deste batalhão e seu destacamento de Manoel Urbano, esse documento de formalização da Demanda visa obter a contratação mais adequada para a contratação do serviço de controle de vetores e pragas urbanas.

A urgência do serviço dar-se pelo fato de não possuir processo licitatório vigente para esse serviço e a constante necessidade do controle de pragas e vetores nas instalações. As metragens foram calculadas com base na planta do 7º BEC e foram levantados pelo Setor de Aprovisionamento em conjunto com a SEC TEC do 7º BEC.

A Contratação dos serviços atenderá às necessidades de controle de pragas do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, bem como o destacamento de Manoel Urbano.

2. Quantidade de serviço a ser contratada

As quantidades podem variar de mês em mês de acordo com a necessidade do serviço, conforme consta nas 04 (quatro) notas de empenho em anexo ao processo.

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços

Durante o Ano de 2024.

4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização

Nome SIAPE	Nome SIAPE
[redacted]	[redacted]
[redacted]	
[redacted]	

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE
Fls. 10
[redacted]

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO

1. A Demanda apresentada necessita de planejamento para verificação da viabilidade da contratação.

[redacted]

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Determino a execução do Planejamento da Contratação do(s) material(is) referenciados no subitem 1.1. do Termo de Referência nº 12/2024 – Aprov, a fim de verificar a viabilidade da contratação;

2. Designo os seguintes agentes para compor a Equipe de Planejamento da Contratação:

[redacted]

3. Publique-se em Boletim Interno a Equipe de Planejamento da Contratação supracitada.

4. Os interessados tomem conhecimento e providências.

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTR... Fls. 41 [redacted]

Estudo Técnico Preliminar 12/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64043.001637202465

2. Descrição da necessidade

2.1 Justificativa

O 7º BEC, possui em suas instalações um Setor de Aprovisionamento, responsável por confeccionar toda as refeições de todos os militares da Organização Militar, inclusive a do pessoal de serviço, garantindo-lhes, diariamente, café, almoço, jantar e ceia. Justifica-se a contratação de empresa especializada para os serviços, através do controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC. A realização dos serviços de dedetização é necessária para garantir a proteção e qualidade do ambiente onde é confeccionada a alimentação de todos os integrantes do Batalhão, uma vez que diversas enfermidades podem ser transmitidas através do contato com insetos e roedores contaminados.

A necessidade da contratação dos serviços supracitados visam manter o bom funcionamento das instalações e promover a salubridade adequada nos ambientes, evitando a proliferação de pragas e doenças nas áreas do setor de Aprovisionamento e demais instalações do 7º BEC.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Aprovisionamento do 7º Bec	[redacted]

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O presente estudo objetiva a realização de licitação para serviço prestação de serviços de controle de vetores, pragas urbanas e insetos, contemplando desratização, desinsetização e controle de pombos, conforme condições, quantidades e exigências, a serem estabelecidas no Termo de Referência, considerando os seguintes requisitos:

- **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da empresa ou profissional habilitado vinculado com a empresa;**
- **Deverá ser apresentado, alvará de licença de funcionamento;**
- **Licença ou autorização sanitária;**
- **Licença Ambiental de Operação;**

Além disso quanto aos procedimentos durante a execução dos trabalhos os empregados da contratada deverão se apresentar devidamente uniformizados com os equipamentos de proteção individual (EPIs) e devidamente capacitados para realização da atividade em tela.

E ainda, a empresa deverá utilizar máquinas, equipamentos e veículos adequados e em conformidade com os normativos vigentes para a execução dos serviços.

O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente ou da Ordem de Serviços, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho.

[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 12 [redacted]

A Contratada terá o prazo máximo de **3 (três) dias úteis** para início da prestação dos serviços, a fim de possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato.

Descrição detalhada dos métodos ou rotinas de execução do trabalho e das etapas a serem executadas:

Serviços Preliminares:

Apresentar os comprovantes de garantia dos serviços prestados, sendo primordial que os mesmos sejam realizados por funcionários qualificados e que não haja subcontratação da prestação de serviços.

Apresentar ao fiscal de contrato os relatórios dos serviços realizados para serem despachados com a Fiscalização Administrativa do 7º BEC.

Prestar garantia de, no mínimo, 3 (três) meses dos serviços prestados.

Os horários e dias estipulados para a execução dos serviços serão os seguintes:

7º BEC e seu destacamento de Manoel Urbano.	
HORÁRIOS	**DIAS DA SEMANA**
Período da manhã: 09h30min às 11h30min **Período da tarde:** 13:30h00min às 16h00min **Sexta feira**: 07:30min ás 12:00 horas.	Segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Todavia, segundo a análise da equipe de Planejamento da Contratação os serviços anteriormente observadas, não serão ainda mais prejudicadas, por desarrazoável exigência no instrumento convocatório e seus anexos, os quais venham frustrar o caráter competitivo da licitação.

Assim sendo, às exigências assinaladas são indispensáveis para uma contratação eficiente, sendo, portanto, consideradas flexíveis e necessários tais requisitos.

Natureza da Contratação

Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº14.133, de 01 de abril de 2021.

Duração Inicial do Contrato

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, conforme artigo 105, da lei 14.133, prorrogável na forma do art. 107, desta lei.

Sustentabilidade

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 13 [redacted]

A licitante vencedora, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber, e, ainda:

A licitante vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010;

Caberá, ainda, à licitante vencedora, executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
Os equipamentos de aplicação de desinfetantes domissanitários deverão ser adequados ao tipo de utilização e estar em perfeitas condições de uso, bem como ter rótulos que especifiquem a composição qualitativa e quantitativa, devendo essas regras ser aplicadas aos recipientes que contém os produtos em questão;

A manipulação e aplicação de produtos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados. Os agrotóxicos, seus componentes e afins, a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 14.785, de 2023, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº4.074, de 2002, e legislação correlata.

5. Levantamento de Mercado

A pesquisa de preço foi realizada conforme orientação no Art. 5º da IN 65 de 07/07/2021.

A referida pesquisa foi realizada de acordo com os parâmetros IV da IN supracitada pois não obteve-se êxito conforme o parâmetro I pois não foram encontrados preços condizentes com o praticado no mercado, também não foi possível utilizar o parâmetro II, pois não foi encontrado contratações similares no período de 01 (um) ano, bem como não foi possível encontrados resultados relevantes no parâmetro III, por se tratar de serviços específicos que envolvem tarifas tarifas como deslocamentos, ademais encontramos resultados mais satisfatórios e condizentes com a realidade do mercado utilizando como base o parâmetro IV, visto que já são empresas do ramo da atividade, ademais a referida pesquisa será lançada no sistema de painel de preços do comprasgov.

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 14 [redacted]

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de serviços de dedetização, e controle de vetores para o setor de Aprovisionamento, e demais seções Os serviços a serem contratados serão por item e grupo, conforme Apêndice A anexo ao Termo de Referência.

JUATIFICATIVA DO USO DO GRUPO

O 7º BEC optou pelo agrupamento dos itens em 1 (um) grupo, dadas as características dos objetos, bem como as peculiaridades que envolvem a contratação.

A Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP), em atenção aos Acórdãos 2.977 /2012 TCU-Plenário, 2.695/2013 TCU-Plenário, 343/2014 TCU-Plenário, 4.205/2014 TCU - 1ª Câmara, 757/2015 TCU-Plenário, 588/2016 TCUPlenário, 2.901/2016 TCU-Plenário e 3.081/2016 TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) que somente será admitida as seguintes hipóteses:

a) aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

b) aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

Baseou-se a decisão da Administração do 7º BEC em agrupar os itens correlatos em grupo, que guardam íntima relação entre si, almejando-se com isso minimizar os riscos e dificuldades da pluralidade de contratos autônomos que podem ser atendidos em uma mesma pretensão contratual. O grupo contempla itens que se agrupam de acordo com a sua especificidade, inerentes ao serviço de controle de vetores e pragas urbanas que ora se vê pretendida a contratação.

Ademais, esta aglutinação contribui para gerenciamento mais eficiente do contrato, além de propiciar economia de escala. Neste sentido, o agrupamento atende a jurisprudência do TCU, "inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si". (Acórdão 5.260/2011 - 1ª Câmara). Não há dúvida de que serviços de telefonia, prestados por itens, possuem a mesma natureza.

O TCU também entendeu a legitimidade da reunião de elementos de mesma característica, quando possa a adjudicação de itens isolados vir a onerar "o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração". (Acórdão 5.301/2013 - 2ª Câmara)

Sustenta a pertinência do agrupamento ora pretendido o voto condutor, em Plenário do TCU, que avaliou certame conduzido pela Superintendência de Administração da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro, do qual se extrai a afirmativa de que "lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação" e "o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública". (Acórdão 861/2013-Plenário).

Outrossim, a divisão do objeto apenas por itens não implicaria em ampliação da competitividade pelos licitantes, tampouco em ganhos econômicos, pois os mesmos participariam da licitação em diversos itens isolados, perdendo-se assim economia de escala.

A não divisão do objeto pretendido em vários itens se dá em virtude da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integral ou satisfatoriamente prestado haja vista que poderia implicar a contratação de diversas empresas para a realização de um único evento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa foi definida com base nas nos estudos por metro quadrado de cada estrutura a ser realizado estes tipos de serviços, conforme Apêndice A, anexo ao Termo de referência.

[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 19 [redacted]

8. Estimativa do Valor da Contratação

Consubstanciado no art. 5º, da Instrução Normativa seges/me nº 65, de 7 de julho de 2021, informo-vos os parâmetros adotados pelo Setor Requisitante, a fim de satisfazer o referido dispositivo legal:

Quanto aos parâmetros estabelecidos pelo Art. 5o, da Instrução Normativa no 65, de 7 de julho de 2021, a presente pesquisa foi realizada seguindo a seguinte ordem:

I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis)meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Conforme o § 1°, do Art. 5°, da Instrução Normativa n° 65, de 7 de julho de 2021, os parâmetros previstos nos incisos deste artigo não foram utilizados de forma combinada, sendo priorizados os previstos nos incisos IV, demonstrada nesta metodologia que foi utilizada para obtenção do preço de referência.

Conforme o § 2°, do Art. 5°, da Instrução Normativa n° 65, de 7 de julho de 2021, são metodologias para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5°,desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. Na presente ocasião, a fim de auferir o preço de referência da Administração adotou a dos preços cotados no site de compras do Governo Federal, onde se média e a mediana verificou os seguintes preços listados no Apêndice A do Termo de referência n' 12/2024 do Setor de Aprovisionamento do 7º BEC. As fontes, metodologia aplicada, bem como preços unitários e critérios utilizados para chegar ao valor estimado, compõem o Relatório de Pesquisa de Preços nº 40/2023 – Setor de Aprovisionamento.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como regra geral, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei n. 14.133, exige-se o parcelamento do objeto licitado sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação. A administração entende que, para estes serviços, será necessário parcelar somente o necessário para atender a legislação e a qualidade dos serviços, efetuando o serviço conforme demanda da administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os serviços serem contratados estão previstos no PCA 2023/2024 do 7º BEC.

[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 16

12. Resultados Pretendidos

Espera-se obter os seguintes resultados com a presente contratação:

- Manter a adequada salubridade, evitando proliferação de doenças diversas;
- Garantir o pleno funcionamento do setor de Aprovisionamento, garantindo maior segurança no preparo e estocagem de alimentos.
- Manter a qualidade sanitária no 7º BEC;
- Dar condições para que o Aprovisionamento mantenha seus alvarás sanitários e ambiental.

13. Providências a serem Adotadas

A administração, após a finalização do processo de contratação deverá realizar orientações com o(s) responsável(is) pelo acompanhamento do serviço contratado, a empresa deverá ser notificada para início da atividade, o acompanhamento deve ser realizado durante e após a realização do serviço, garantindo a apresentação das comprovações necessárias por parte da empresa contratada, assim como a plena liquidação das obrigações por parte da contratante após o ateste dos serviços prestados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Geração de odores;

risco de contaminação do solo e da água; e

risco a saúde humana e ao equilíbrio ambiental local.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento da contratação declara viável a contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 17

[redacted]

[redacted]

[redacted]

Compras.gov.br

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls 19
[redacted]

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
7/2024	[redacted]	20/05/2024 11:12

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de serviço de Controle de Vetores e Pragas urbanas.

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I X P)	Nº Item
[redacted]	RISCO 01 – Indisponibilidade Orçamentária	Indisponibilidade Orçamentária	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

1	**Impactos** Impossibilidade na contratação dos serviços, os quais acarretariam prejuízos: ao interesse público (sociedade), à Administração (7º BEC) e aos órgãos convenientes.			
P-01	**Ações Preventivas** A Administração deverá no Planejamento Estratégico contemplar à(s) possível(is) rubrica(s) orçamentária(s) que poderão ser descentralizadas em prol da contratação.	**Responsável:**	GABRIEL DAMASCENO	DE SOUZA
C-01	**Ações de Contingência** Intermediar junto ao Fiscal Administrativo o eventual Pedido Eletrônico de Crédito (PEC), a fim de atender o mais breve possível com recursos à referida demanda.	**Responsável:**	GABRIEL DAMASCENO	DE SOUZA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I X P)	Nº Item
R-02	RISCO 02 – Especificação Insuficiente para a Contratação dos Serviços	Especificação Insuficiente para a Contratação dos Serviços	Planejamento	Administração	Médio	

1	**Impactos** Os serviços poderão ser adquiridos de forma a não abranger às necessidades institucionais.			
[redacted]	**Ações Preventivas** Revisão da especificação dos serviços do Termo de Referência, bem como do Edital e seus anexos.	**Responsável:**	GABRIEL DAMASCENO	DE SOUZA
C-01	**Ações de Contingência** Analisar o grau de insuficiência do Termo de Referência, e, sucessivamente, decidir quanto a vantajosidade de uma possível rescisão contratual e de repetição do certame licitatório sanado os óbices.	**Responsável:**	GABRIEL DAMASCENO	DE SOUZA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I X P)	Nº Item
R-03	RISCO 03 - Atraso na Conclusão da Licitação	Atraso na Conclusão da Licitação	Planejamento	Administração	Alto	

1	**Impactos** Não atendimento à demanda no prazo necessário acarretando prejuízos na execução das atividades do 7º BEC.			
P-01	**Ações Preventivas** O Setor Requisitante deverá atentar para responder os pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; bem como as eventuais alterações que afetarem a substância (formulação) das propostas de preços deverão ser realizadas mediante a reabertura do prazo inicial correspondente. Ainda, outro fator que poderá enquadrar-se ao episódio será a desclassificação da proposta de preços ou inabilitação do(s) licitante(s) interessado (s).	**Responsável:**	GABRIEL DAMASCENO	DE SOUZA
C-01	**Ações de Contingência** Adiamento da abertura da licitação pela SALC, a fim de evitar possíveis infringências ao Princípio Constitucional da Isonomia e aos Princípios Básicos citados, bem como evitar a eventual possibilidade de impetração de Mandado de [redacted]	**Responsável:**	GABRIEL DAMASCENO	DE SOUZA

Segurança (MS), devido a alguma desatenção em responder ao(s) questionamento (s) no prazo estipulado conforme a legislação vigente. Quanto a desclassificação da proposta de preços ou, inabilitação do(s) licitante(s) no certame poderá ser evitado, caso não seja excessiva a decisão tomada pelo Pregoeiro(a) conforme o caso, ou ainda, a documentação de habilitação não seja demasiadamente excessiva para declará-lo vencedor do certame, portanto, tais condições poderão ser revisados no edital antes da fase externa.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 19

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	RISCO 04 – Recursos Administrativos Procedentes	Recursos Administrativos Procedentes	Planejamento	Administração	Alto	
1	**Impactos**	Atraso na contrtação do serviço da licitação, devido à aceitação ao recurso impetrado por algum licitante participante, por ocasião de habilitação indevida daquele declarado vencedor do certame, ou ainda, da aceitação da proposta em desacordo com as condições editalícias. Fato este, que poderá culminar com a licitação "fracassada" ou na hipótese de desclassificação e/ou inabilitação perdurar um prazo mais extenso para adjudicação/homologação ocasionado pela convocação de licitante(s) subsequente(s) quando houver.				
P-01	**Ações Preventivas**	Analisar com cautela o(s) pedido(s) de intenção de recurso, a(s) proposta(s) de preços e documentação de habilitação exigidas no Edital, a fim de reduzir os riscos.	**Responsável:**	GABRIEL DE SOUZA DAMASCENO		
C-01	**Ações de Contingência**	O responsável pelo certame envidará esforços de sua competência para lograr êxito na contratação senão repassará ao Ordenador de Despesas possíveis estratégias paralelas.	**Responsável:**	GABRIEL DE SOUZA DAMASCENO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	RISCO 05 – Fiscalização de Contrato Ineficiente	Fiscalização de Contrato Ineficiente	Planejamento	Administração	Alto	
1	**Impactos**	Fiscalização de contrato ineficiente, devido a designação por parte da Administração de servidor militar, cujo conhecimento acerca do objeto da licitação seja mínimo e tal inexperiência comprometa o apontamento de correções no Livro Registro do Contrato, que, porventura, venham divergir do que foi firmado no Termo de Contrato.				
P-01	**Ações Preventivas**	Designar servidor militar ou civil devidamente qualificado para a função de Fiscal de Contrato.	**Responsável:**	GABRIEL DE SOUZA DAMASCENO		
C-01	**Ações de Contingência**	O Fiscal de Contrato no uso de suas atribuições deverá anotar em registro próprio quaisquer divergências quanto à execução do Termo de Contrato, e, sucessivamente, notificar a Contratada para eventuais correções. Em ato contínuo o Ordenador de Despesas deverá ser comunicado.	**Responsável:**	GABRIEL DE SOUZA DAMASCENO		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

[redacted]

Fls. 20

Paginação do Jornal: << 11 de 88 >> Ir para a página: ok Sumário da Edição Selecione

Documento assinado conforme MP n[redacted]

INPDFViewer

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 2 ISSN 1677-7050 Nº 109, segunda-feira, 12 de junho de 2023

[redacted]

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05253023106100011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/06/2023&jornal=529&pagina=11&totalArquivos=88 1/1

Fls. 21

Documento assinado digitalme
conforme MP nº 2.200-2/20

[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE Fls: 12 [redacted]

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 12/06/2023 | Edição: 109 | Seção: 2 | Página: 11

Órgão: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Gabinete do Comandante

PORTARIA - C EX Nº 743, DE 7 DE JUNHO DE 2023

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015, e considerando o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve:

NOMEAR, por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe ou Diretor das Organizações Militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

- do 17º BIS (Tefé-AM), o Ten Cel INF [redacted] BRUNO RODRIGO DE SOUZA ROSA;

- do 50º BIS (Imperatriz-MA), o Ten Cel INF [redacted] CARLOS HENRIQUE LEITE DE SOUZA;

- do 51º BIS (Altamira-PA), o Ten Cel INF [redacted] FABRICIO LINO ROSA;

- do 52º BIS (Marabá-PA), o Ten Cel INF [redacted]) LUIS HENRIQUE CETRANGOLO DÓREA;

- do 53º BIS (Itaituba-PA), o Ten Cel INF [redacted] HUMBERTO IVAR RIBEIRO DE ALBUQUERQUE JUNIOR;

- do 54º BIS (Humaitá-AM), o Ten Cel INF [redacted] RONAY SOUZA DINIZ;

- do Cmdo Fron SOLIMÕES / 8º BIS (Tabatinga-AM), o Ten Cel INF [redacted] ADELINO ANTONIO DA SILVA RIBEIRO JÚNIOR;

- do Cmdo Fron AMAPA / 34º BIS (Macapá-AP), o Ten Cel INF [redacted] WILLIAM ANTONIO MIRANDA SILVA;

- do Cmdo Fron JURUÁ / 61º BIS (Cruzeiro do Sul-AC), o Ten Cel INF [redacted] GUSTAVO MOREIRA MATHIAS;

- do Cmdo Fron JAURU / 66º BI Mtz (Cáceres-MT), o Ten Cel INF [redacted] ALEX JESUS SOARES;

- do 17º B Fron (Corumbá-MS), o Ten Cel INF [redacted]) FABIANO DA SILVA CARVALHO;

- do 1º BI Mec (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF [redacted]) IGOR DOS SANTOS LEITE;

- do 2º BIL (São Vicente-SP), o Ten Cel INF [redacted] LEANDRO CASTRO DE GOES MARTINS;

- do 4º BIL (Osasco-SP), o Ten Cel INF [redacted]) LEONARDO KUWABARA;

- do 5º BIL (Lorena-SP), o Ten Cel INF [redacted] JOÃO BÔSCO REIS CESTARO;

- do 6º BIL (Caçapava-SP), o Ten Cel INF [redacted] LUÍS FERNANDO HILGENBERG JÚNIOR;

- do 7º BIB (Santa Cruz do Sul-RS), o Ten Cel INF [redacted] ORLANDO MATTOS SPARTA DE SOUZA;

- do 10º BIL Mth (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel INF [redacted] EDUARDO AUGUSTO MONTELLA DE CARVALHO;

- do 11º BI Mth (São João del-Rei-MG), o Ten Cel INF [redacted]) GUSTAVO TIYODI NAKASHIMA;

- do 12º BIL Mth (Belo Horizonte-MG), o Ten Cel INF [redacted] MURILO ALBIERO;

- do 13º BIB (Ponta Grossa-PR), o Ten Cel INF [redacted]) JOSÉ FERREIRA DE ARAUJO NETO;

- do 15º BI Mtz (João Pessoa-PB), o Ten Cel INF [redacted]) RAFAEL JOSÉ VIEIRA BARRETO;

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 23

- do 16º RC Mec (Bayeux-PB), o Ten Cel CAV [redacted]) DIEGO PEREIRA PEDRA;

- do 1º RCG (Brasília-DF), o Ten Cel CAV [redacted] EDUARDO SCHLUP;

- do 1º GAC Sl (Marabá-PA), o Ten Cel ART [redacted] JOEL HENRIQUE FONSECA DE ÁVILA;

- do 2º GAC L (Itu-SP), o Ten Cel ART [redacted] MARCELUS ARMINDO RIBEIRO NOGUEIRA;

- do 3º GAC AP (Santa Maria-RS), o Ten Cel ART [redacted] FLÁVIO HENRIQUE DO NASCIMENTO;

- do 5º GAC AP (Curitiba-PR), o Ten Cel ART [redacted] CARLOS ROBERTO PAULONI;

- do 6º GAC (Rio Grande-RS), o Ten Cel ART [redacted] RODRIGO SOUZA LOPES DE ABREU;

- do 7º GAC (Olinda-PE), o Ten Cel ART [redacted] EDWARDO COELHO DE OLIVEIRA;

- do 9º GAC (Nioaque-MS), o Ten Cel ART [redacted] ALEXANDRE BATISTA LEITE JÚNIOR;

- do 10º GAC Sl (Boa Vista-RR), o Ten Cel ART [redacted] GUILHERME TASSO DANTAS SANFELICE;

- do 14º GAC (Pouso Alegre-MG), o Ten Cel ART [redacted] CARLOS EDUARDO TAVARES DE LIMA;

- do 15º GAC AP (Lapa-PR), o Ten Cel ART [redacted] EDUARDO LUIZ BIAVASCHI;

- do 18º GAC (Rondonópolis-MT), o Ten Cel ART [redacted]) DÊIVID NETO DE OLIVEIRA;

- do 19º GAC (Santiago-RS), o Maj ART [redacted] DIOGO BROETTO ALVES;

- do 21º GAC (Niterói-RJ), o Ten Cel ART [redacted]) CESAR BONFIM MENINE CAMELO PRODOSCIMO;

- do 25º GAC (Bagé-RS), o Ten Cel ART ([redacted]) MARCELO DA SILVA MÜLLER;

- do 27º GAC (Ijuí-RS), o Maj ART [redacted] DOUGLAS LUÍS DA SILVA;

- do 28º GAC (Criciúma-SC), o Ten Cel ART [redacted]) LUCIANO AMÉRICO FONSECA DE SOUZA;

- do CI Art Msl Fgt (Formosa-GO), o Ten Cel ART [redacted] ALEXANDRE BORGES VILLA TREINTA;

- do C Log Msl Fgt (Formosa-GO), o Cel SV INT [redacted] DIONISIO CARVALHO MOREIRA;

- do 16º GMF (Formosa-GO), o Ten Cel ART [redacted] FRANCISCO EDUARDO FERNANDES HENN;

- do 1º GAAAe (Rio de Janeiro-RJ), o Maj ART [redacted] CARLOS EDUARDO DOS SANTOS COSTA;

- do 3º GAAAe (Caxias do Sul-RS), o Ten Cel ART [redacted] GEORGE KOPPE EIRIZ;

- do 12º GAAAe Sl (Manaus-AM), o Maj ART [redacted]) IRAMAR LUBIANA JUNIOR;

- do 2º BEC (Teresina-PI), o Ten Cel ENG [redacted] CARLOS ALBERTO GALVÃO MAGALHÃES;

- do 5º BEC (Porto Velho-RO), o Ten Cel ENG [redacted] JONAS SANTOS SILVA JÚNIOR;

- do 6º BEC (Boa Vista-RR), o Ten Cel ENG [redacted] CADSON DE SOUZA BARBOZA;

- do 7º BEC (Rio Branco-AC), o Ten Cel ENG [redacted]) ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO;

- do 8º BEC (Santarém-PA), o Maj ENG [redacted] FRANCISCO MACHADO PARENTE NETO;

- do 9º BEC (Cuiabá-MT), o Maj ENG [redacted]) JOÃO PAULO CARVALHO DE ALENCAR;

- do 3º BE Cmb (Cachoeira do Sul-RS), o Ten Cel ENG [redacted] GUSTAVO HUMBERTO DOS SANTOS COSTA;

- do 5º BE Cmb Bld (Porto União-SC), o Maj ENG [redacted] DIEGO DA SILVA AGOSTINI;

- do 1º B Fv (Lages-SC), o Ten Cel ENG [redacted] HUDSON MACHADO MOREIRA;

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE Fls. 24

(Nota Nº 90155, de 21 março de 2024, do Aprovisionamento)

c. Agente de Contratação (Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio) - Nomeação

Motivado pelo poder-dever das funções de autoridade competente insculpidas no Art. 7º, concomitantemente, ao § 5º do Art. 8º, ambos ínsitos à Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, designo, a contar desta publicação, como Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio desta OM, respectivamente, para o período de **16 de janeiro de 2024** a **16 de janeiro de 2025**, o(s) seguinte(s) militar(es):

- Pregoeiro(s) - Nomeação:

1º Ten **ARTHUR JORGE** RODRIGUES ALVES;
1º Ten MARCOS **EDUARDO** ALMEIDA PEREIRA;
2º Sgt VINICIUS **CALIXTO** DA SILVA;
2º Sgt **RONALDO** DE OLIVEIRA RODRIGUES;
2º Sgt **FERNANDO** DE **SOUZA** CHAVES;
2º Sgt MARLLON COSTA **NICODEMO**;
3º Sgt **BRUNO** RODRIGUES **RIBEIRO**;
3º Sgt GUILHERME **XIMENES** ARAÚJO;
3º Sgt **ERICLES** RODRIGUES DE QUEIROZ NASCIMENTO; e
Cb **GABRIEL** DE SOUZA **DAMASCENO**.

- Membros da Equipe de Apoio - Nomeação:

Maj **LUIZ ANTÔNIO** RIBEIRO JÚNIOR;
1º Ten **ARTHUR JORGE** RODRIGUES ALVES;
1º Ten MARCOS **EDUARDO** ALMEIDA PEREIRA;
2º Sgt VINICIUS **CALIXTO** DA SILVA;
2º Sgt **RONALDO** DE OLIVEIRA RODRIGUES;
2º Sgt **FERNANDO** DE **SOUZA** CHAVES;
2º Sgt MARLLON COSTA **NICODEMO**;
3º Sgt **BRUNO** RODRIGUES **RIBEIRO**;
2º Sgt GUILHERME **XIMENES** ARAÚJO;
3º Sgt **ERICLES** RODRIGUES DE QUEIROZ NASCIMENTO;
3º Sgt FLÁVIO HENRIQUE VITOR **DAMASCENO;**
Cb GABRIEL DE SOUZA **DAMASCENO**;
Sd EP LUÍS FELIPE CASTRO DE **ÁVILA**; e
Sd EP **JOSÉ LUCAS** DO NASCIMENTO GOMES.

Em consequência:
1) Os militares designados tomem conhecimento e devidas providências.
2) À Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC:
a) providencie as alterações decorrentes do acima publicado.
3) Os militares designados como Agente de Contratação (Pregoeiro):
a) tomem as providências inerentes às atividades e encargos da função, a fim de realizar às licitações para aquisição de bens e contratação se serviços comuns, ou ainda, contratação de serviços comuns de engenharia (quando for o caso) destinados aos diversos setores do Batalhão, conforme preceitua o § 5º, do Art. 8º, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações correspondentes;
b) obtenham por meio do cadastro no OpLog (login e senha) no qual os habilite acessar o sistema SIASG, bem como o perfil de Pregoeiro àqueles nomeados para o exercício de tal função; e
c) disponibilizem 1 (uma) cópia do certificado de conclusão do Curso de Pregoeiro e/ou Agente de Contratação ao Chefe do Setor Financeiro, a fim de repassar ao 12º CGCFEx com vistas à concessão do

2) Controle de faltas de encostados (acompanhamento do tratamento médico) - Publicação

Deixou de comparecer à Seção de fisioterapia no PMGU, no mês de março e maio de 2024 contabilizando o total de 5 faltas assim sendo excluído da agenda, para fins de prosseguimento no tratamento de saúde, o seguinte reservista encostado.

Encostado JONATHAN DE OLIVEIRA **CAPISTRANO**

Em consequência, a Div Pes, Ass Jur, Seç Sau e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Nota Nº 92189, de 12 de junho de 2024, da Seç Sau)

Deixou de comparecer na Seção de de fisioterapia na Clínica Fisiovida, nos dias 27 MAR 24, 1º ABR 24, 3 ABR 24, 8 ABR 24, 10 ABR 24, 15 ABR 24, 17 ABR 24, 22 ABR 24, 24 ABR 24, 29 ABR 24, 6 ABR 24, 8 ABR 24, 13 ABR 24, 15 ABR 24, 20 ABR 24, 22 ABR 24, 27 ABR 24, 29 ABR 24, 3 JUN 24, 5 JUN 24, 10 JUN 24 e 12 JUN 24, para fins de prosseguimento no tratamento de saúde, o seguinte reservista encostado.

Encostado JEFERSON MEDEIROS **RIBEIRO**

Em consequência, a Div Pes, Ass Jur, Seç Sau e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Nota Nº 92193, de 12 de junho de 2024, da Seç Sau)

Deixou de comparecer na inspeção de saúde da Seção de Saúde, no dia 8 MAIO 24 e 12 JUN 24, para fins de prosseguimento no tratamento de saúde, o seguinte reservista encostado.

Encostado JONATHAN DE OLIVEIRA **CAPISTRANO**

Em consequência, a Div Pes, Ass Jur, Seç Sau e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Nota Nº 91287, de 12 de junho de 2024, da Seç Sau)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DIVERSOS

a. Abertura de Processo Administrativo Pregão Eletrônico SRP - Contratação de Serviços

1) O Chefe do Setor de Aprovisionamento do 7º BEC encaminhou o Documento de Formalização de Demanda de 17 de maio de 2024, em que solicita a Contratação de serviços controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC).
O Chefe do Setor de Aprovisionamento do 7º BEC apresentou o Estudo Técnico Preliminar - ETP, o Mapa de Riscos e o Termo de Referência (Processo Administrativo nº 64045.001637/2024-65).
3) Os documentos que integram o processo foram confeccionados e assinados (conforme o caso), respectivamente, pelo(s) seguinte(s) militar(es):

1º Ten PEDRO ALMEIDA **BUSO**
– Aprovisionador do 7º BEC

3º Sgt **VICTOR HUGO** LOPES BRAGA
– Aux do Aprovisionador 7º BEC

Cb **GABRIEL** DE SOUZA **DAMASCENO**
– Aux do Aprovisionador 7º BEC

Em consequência:
1) a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC:
(a) realize a abertura do respectivo Processo Administrativo no sistema SIASG, utilizando-se a modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) correspondente;
(b) inclua a Intenção de Registro de Preços - IRP no SIASG e não a divulgue; e
2) os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Nota Nº 92074, de 13 junho de 2024, da SALC)

b. Abertura de Processo Administrativo Pregão Eletrônico SRP - Aquisição de Bens

1) O Chefe da Seção Técnica do 7º BEC encaminhou o Documento de Formalização de Demanda de 11 de março de 2024, em que solicita a aquisição de aditivos, cimento, selantes, insumos pétreos, aços e itens diversos a serem empregados na(s) obra(s) de readequação e ampliação do Aeródromo de Santa Rosa do Purus-AC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
2) O Chefe da Seção Técnica do 7º BEC apresentou o Estudo Técnico Preliminar - ETP e o Mapa de Riscos, ambos datados de 12 JUN 24; o Termo de Referência (Processo Administrativo nº 64045.003459/2024-15), de 12 de junho de 2024. Os documentos que integram o processo foram confeccionados e assinados (conforme o caso), respectivamente, pelo(s) seguinte(s) militar(es):

Cap CAIO SERGIO **PARENTE** SILVA
- Chefe da Seç Tec

Cap **VICTOR HUGO** DE OLIVEIRA
- Adjunto da 4ª Seção

1º Ten CAIO CESAR AZEVEDO **PORTELA**
- Adjunto da Seç Tec

Em consequência:
1) A Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC:
a) realize a abertura do respectivo Processo Administrativo no sistema SIASG, utilizando a modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) correspondente; e
b) inclua a Intenção de Registro de Preços - IRP no SIASG e não a divulgue.
2) Os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Nota Nº 92198, de 13 de junho de 2024, da SALC)

c. PARECER TÉCNICO - CONCLUSÃO

Conforme a designado através do BI Nr 082, de 30 de abril de 2024, a comissão abaixo relacionada, concluiu o Parecer Técnico Nº 11/2024, cujo objetivo era verificar a situação da Viatura CQT-00020 (Placa EB236283) e do Veículo Civil HYUNDAI/HB20 1.0 UNIQUE de Placa QLX-4417, em decorrência do acidente no dia 6 MAR 24, durante apoio da Defesa Civil na Operação Acre.

Cap **LUAN** DA **SILVA**

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 17 [redacted]

Termo de Referência 12/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2024	160001-7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/AC	[redacted]	06/06/2024 11:52 (v 9.0)

Status
CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		64045001637202465

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC, conforme tabela abaixo.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas /filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e	3417	M²	76632	[redacted]	
	2		3417	M²	71020		
	3		3417	M²	48530		
	4		3417	M²	7075		
	5		3417	M²	6471		
	6		3417	M²	8441		
	7		3417	M²	11869		
	8		3417	M²	5069		
	9		3417	M²	41585		
	10		3417	M²	27989		

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONS... Fls. 28

	11	estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	9022	[redacted]	
	12		3417	M²	11160		
	13		3417	M²	69500		
	14		3417	M²	14043		
	15		3417	M²	49447		
	16		3417	M²	16929		
	17		3417	M²	491		
						VALOR TOTAL	[redacted]

~~1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

1.2 O serviço a ser contratado é considerado comum, conforme Art. 6 inc. XIII - *"bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"*

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável na forma do artigo 107, desta Lei.*

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual , conforme detalhamento a seguir:

a) ID PCA no PNCP: : 00394452000103-0-000001/2024

b) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

c) Local: Rio Branco/AC

d) Fonte: Compras.gov.br

e)Total de itens: [redacted]

f) Valor total estimado: [redacted]

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. O ciclo de vida do objeto foi calculado baseado com base com base no art 105 da lei 14.133 prorrogável na forma do art 107 desta lei com estimativa máxima de 10 anos de aplicação do serviço.

9º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 19

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte.

4.1.1 A contratada deve ser empresa especializada em controle de vetores e pragas urbanas como: Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC. De acordo com a RDC nº 18, de 29 de fevereiro de 2000, da ANVISA, a definição de vetores são artrópodes ou outros invertebrados que transmitem infecções, através do carreamento externo (transmissão passiva ou mecânica) ou interno (transmissão biológica) de microrganismos e pragas urbanas, são animais que infestam ambientes urbanos podendo causar agravos a saúde e/ou prejuízos econômicos, desta forma é de sua importância o controle dos mesmos.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.2.1 a contratação segue o PLS da OM (Plano de Logística Sustentável)

4.2.2 **A licitante vencedora, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber, e, ainda:**

4.2.3 A licitante vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010;

4.2.4 Caberá, ainda, à licitante vencedora, executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
Os equipamentos de aplicação de desinfetantes domissanitários deverão ser adequados ao tipo de utilização e estar em perfeitas condições de uso, bem como ter rótulos que especifiquem a composição qualitativa e quantitativa, devendo essas regras ser aplicadas aos recipientes que contém os produtos em questão;

4.2.5 A manipulação e aplicação de produtos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados. Os agrotóxicos, seus componentes e afins, a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 14.785, de 2023, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº4.074, de 2002, e legislação correlata.

Indicação de marcas ou modelos

~~4.3. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares. (...)~~

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

~~4.4. Diante das conclusões extraídas do processo nº ____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.4.1. ...~~

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 30

~~4.4.2. ...~~

~~4.2.3~~

Subcontratação

4.5. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.6. *O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.*

Vistoria

4.8. ***O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o ultimo dia útil anterior a data prevista para abertura da sessão pública.***

4.9. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.10. *Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.11. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 03 dias uteis após a emissão da ordem de serviço.

5.1.2. O cronograma para realização dos serviços é conforme demanda da administração.

Local e horário para prestação dos serviços

Local	Horários
7º Batalhão de Engenharia de construção	**Segunda a quinta-feira 07:30 ás 11:30 e das 13:30 ás 16:00** **Sextas feiras: 07:30 ás 11:30**
Destacamento de Manoel Urbano KM 64	

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.13. Para correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá, se necessário realizar a vistoria nas instalações do local de execução do serviço, acompanhado por servidor designado para esse fim nos endereços e horários da tabela acima.

*4.12. **A licitante deverá declarar em sua proposta que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para para cumprimento das obrigações do serviço a ser realizado.***

ENGENHARIA DE CONTRATOS Fls. 31

[redacted]

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

~~**Preposto**~~

~~6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.~~

~~6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período .....~~

~~6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.~~

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246 de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

DE ENGENHARIA DE CONSTRU... Fls. 32

[redacted]

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice A, **OU** outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios*

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (*Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133* e *Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022*).

Fls. 33

[redacted]

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (*Art. 22, X, Decreto nº 11.246 de 2022*).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (*Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022*)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (*art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022*).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a Liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do *art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021*, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 34

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

~~7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 35

[redacted]

~~7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.~~

Forma de pagamento

7.27. *O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

7.28. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO.*

Regime de execução

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 36

8.2. O regime de execução do contrato será por preço unitário.

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual ou Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 37 [redacted]

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.27. ***Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;***

8.28. ***A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.***

8.39. ***Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.***

8.30. ***Comprovação de aptidão para execução de serviço por meio de apresentação de atestado de capacidade técnica referente ao objeto da licitação.***

8.30.1. ***Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.***

8.30.2. ***Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.***

8.30.3. ***O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.***

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 39 [redacted]

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.3.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.32.1. Possuir registro nos órgãos competentes, como a Vigilância Sanitária e o Conselho Regional de Química, conforme previsto no Art 5° da resolução ANVISA n° 52 de 22 de outubro de 2009

8.32.2. Experiência comprovada na prestação de serviços de controle de pragas, preferencialmente em ambientes semelhantes.

8.32.3. Utilização de produtos autorizados e devidamente registrados, garantindo a segurança e eficácia.

8.32.4. Capacidade de realizar os serviços de forma programada e emergencial, quando necessário.

8.33.5. Apresentar certificados de garantia dos serviços prestados.

8.34. *A manipulação e aplicação de produtos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados. Os agrotóxicos, seus componentes e afins, a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3° da Lei n° 14.785, de 2023, e artigos 1°, inciso XLII, e 8° a 30, do Decreto n° 4.074, de 2002, e legislação correlata.*

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): [redacted]

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de [redacted], conforme custos unitários apostos no Apêndice A.

10. Adequação orçamentária

~~**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**~~

~~10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.~~

~~10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) Gestão/Unidade: [...];~~

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 39

~~II) Fonte de Recursos: [...];~~

~~III) Programa de Trabalho: [...];~~

~~IV) Elemento de Despesa: [...];~~

~~V) Plano Interno: [...];~~

10.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

[redacted]

Agente de contratação

[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 40
[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.001637/2024-65)

Apêndice A – Descrição dos Itens e Quantitativos Distribuídos pelas Unidades Gestora e Participantes

Grupos	Descrição do Item	Catmat	Unidade de Medida	Qtd.	Local	Valor máximo Unitário	Valor maximo total
	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo *Técnico responsável ao final da ação* e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	76632	Aprovisionamento	[redacted]	[redacted]
	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	71020	Pavilhão de Comando	[redacted]	[redacted]
	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas) Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente	3417	M²	48530	Companhia de Comando e Apoio	[redacted]	[redacted]
	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	7075	Alojamento dos Subtenentes e Sargentos	[redacted]	[redacted]

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 41

Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	6471	Subtenência da CCAP	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	8441	Guarda	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	11869	laboratorio	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas) Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente	3417	M²	5069	Depósito 1° CIA	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	41585	Pelotão de Obras	[redacted]	[redacted]

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 42

Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança da legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.		M²	27989	Solar do Barão	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança da legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico, assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	9022	Portão Principal (Recepção, cela e alojamento de serviço)	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas) Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança da legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente	3417	M²	11160	Albergues	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança da legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	69500	Comando da CEEM e Oficina Leve	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança da legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	14043	Alojamento da CEEM	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança da legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	49447	Oficina Pesada	[redacted]	[redacted]

[redacted]

Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas) Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. *O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.*	3417	M²	16926	Borracharia	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas) Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. *O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.*	3417	M²	491	Destacamento de Manoel Urbano (KM67)	[redacted]	[redacted]
						[redacted]

[redacted]

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls 43
[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 44

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.001637/2024-65)

ANÁLISE, JUSTIFICATIVA E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA, DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES E GERENCIAMENTO DE RISCOS PELO ORDENADOR DE DESPESAS

1. DA SOLICITAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de contratação do serviço de controle de vetores e pragas urbanas, o Aprovisionador do 7º BEC enviou a Parte requisitiva nº 03/2024, de 17 maio de 2023, Termo de Referência nº 12/2024 – APROV, obedecendo todas as normas e condições mencionadas no referido termo.

2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação tem por objetivo o controle de vetores e pragas urbanas no 7° Batalhão de Engenharia de Construção e Manoel Urbano (destacamento), conforme condições quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. As quantidades e especificidades dos itens foram baseadas pela planta do 7° BEC.

A aludida contratação permitirá proporcionar um ambiente limpo e com melhores condições de trabalho aos militares e servidores civis, possibilitando a manutenção das boas condições de trabalho, bem como as condições adequadas de segurança.

Face ao conglomerado exposto, a falta de contratação do serviço objeto do presente termo restará comprovada o prejuízo ao interesse público, haja vista a importância das boas condições de trabalho no 7º Batalhão de Engenharia de Construção.

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA

1. Aprovo o Termo de Referência nº 12/2024 – APROV, os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e o Gerenciamento de Riscos;
2. Autorizo a aquisição do(s) material(is) referenciados e determino a abertura de Processo Licitatório, se for o caso;
3. O oficial encarregado do Setor de Aquisições adote os procedimentos cabíveis de acordo com as normas em vigor; e
4. Publique-se em Boletim Interno.

[redacted]

Compras.gov.br

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTR... Fls. 45 [redacted]

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
40/2024	160001	Concluída	[redacted]

Título: controle de vetores e pragas urbanas

Observações: O valor total da pesquisa difere do valor total do apêndice A, pois o sistema de pesquisa de preços conta as 04 (quatro) casas após a virgula enquanto na tabela, só se conta as 02 (duas) casas após a virgula.

Total de itens cotados: 17 **Valor total da pesquisa de preços:** R$ 1.729.188,0407

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
3417 - Desinsetização / Desratização / Descetização	METRO QUADRADO	76632

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço [redacted] Média [redacted] Mediana [redacted]

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço: R$ 4,2000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - EMOPS - Fornecedor	76632		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

Av. doutor Pereira Passos nº 293, bairro Seis de Agosto.

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

13:41

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

+55 68 9609-5039

Informações Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	76632		[redacted]	17/04/2024	[redacted]

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial, CEP 69.920-193, Rio Branco Acre

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

13:47

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

68 3229-2500 ou 68 99960-3459

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	Super Dream Saneamento Ambiental - Fornecedor	76632		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Bosque - Rio Branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

13:54

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

68 3229-2500 ou 68 99960-3459

Informacões Adicionais

-

Anexos

-

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada

Item: 2

Descrição do item

34.7 - Desinsetização / Desratização / Dedetização

Unidade de Fornecimento

METRO QUADRADO

Quantidade

71020

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

[redacted]

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço: R$ 4,2000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONS... Fls 47

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota Ltda - Emops - Fornecedor	71020		[redacted]	16/05/2024	[redacted]

Identificação do Fornecedor

04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

Av. Doutor Pereira Passos nº 283 Bairro Seis de Agosto

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

14:03

Validade da Cotação

15/07/2024

Contato

+55 68 9609-5039

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	71020		[redacted]	17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

68 3229 2500 OU 68 99960-3459

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

14:03

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

-

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	Superdream - Fornecedor	71020		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco Acre

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

14:08

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

(68) 99932-0936

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização	METRO QUADRADO	98530

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE
Fls. 48

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço [redacted] | Média | Mediana [redacted]

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço: R$ 4,2000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - EMOPS - Fornecedor	48530		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico
Av Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto

Data da Cotação
16/05/2024

Hora da Cotação
14:16

Validade da Cotação
16/07/2024

Contato
+55 68 9609-5039

Informacões Adicionais
-

Anexos
COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	48530		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico
BR 364, Distrito industrial, cep 69.920-193 Rio Branco ACRE

Data da Cotação
16/05/2024

Hora da Cotação
14:18

Validade da Cotação
16/07/2024

Contato
9680 3229-2500 ou (68) 99960-3459

Informacões Adicionais
-

Anexos
COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	Superdream Paraiso Ambiental - Fornecedor	48530		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico
Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação
16/05/2024

Hora da Cotação
14:22

Validade da Cotação
16/07/2024

Contato
[redacted]

Informacões Adicionais
-

Anexos
COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 4

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTR
Fls. 49

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização	METRO QUADRADO	7075

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço | Média | Mediana | Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço:

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - EMOPS - Fornecedor	7075			16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

Av. Doutor Pereira n°283, Bairro Seis de Agosto.

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

14:31

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

Informações Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraíso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	7075			17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial, CEP 69.920-193

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

14:35

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

Informações Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	7075		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

14:36

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 5

Descrição do item

3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização

Unidade de Fornecimento

METRO QUADRADO

Quantidade

6471

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço [redacted] Média Mediana

Coeficiente de Variação: 11.5322%

Desvio Padrão: 0.4190

Maior P[redacted]

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - Fornecedor	6471		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico

Av. Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de agosto.

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

14:52

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraíso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	6471		[redacted]	17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Insdustrial, EP 69.920-193, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

14:57

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	8441		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

197.799.140-00

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

15:01

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 6

Descrição do item

3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização

Unidade de Fornecimento

METRO QUADRADO

Quantidade

8441

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço | Média: | Mediana | Coeficiente de Variação: 11,5322% | Desvio Padrão: 0,4190 | Maior Preço: [redacted]

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - Fornecedor	8441		[redacted]	16/05/2024	Si

Identificação do Fornecedor

04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

Av. Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de agosto.

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

15:09

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Parais Ambientes Dedet zação e Construção - Fornecedor	8441		[redacted]	17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial, CEP 69.920-193, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

15:12

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	8441		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

197.799.140-00

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

15:14

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 7

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização	METRO QUADRADO	1869

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONS
Fls. 53

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço | Média | Mediana [redacted]

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço: [redacted]

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - EMOPS - Fornecedor	11869		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
04.758.432/0001-02

Endereço Eletrônico
Av. Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto

Data da Cotação
16/05/2024

Hora da Cotação
15:25

Validade da Cotação
16/07/2024

Contato
[redacted]

Informações Adicionais
-

Anexos
COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	11869		[redacted]	17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico
BR 364, Distrito Industrial Rio Branco ACRE

Data da Cotação
17/04/2024

Hora da Cotação
15:29

Validade da Cotação
17/06/2024

Contato
[redacted]

Informações Adicionais
-

Anexos
COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	Super dream saneamento Ambiental - Fornecedor	11869		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico
Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação
16/05/2024

Hora da Cotação
15:38

Validade da Cotação
16/07/2024

Contato
[redacted]

Informações Adicionais
-

Anexos
COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 8

Fls. 54

[redacted]

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização	METRO QUADRADO	5069

Consolidação dos preços cotados

Melhor Preço | Média | Mediana | Coeficiente de Variação: 11.5322%

[redacted] | Desvio Padrão: 0,4190 | Maior Preço: [redacted]

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - Fornecedor	5069		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

[redacted]04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

Av. Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

8:25

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraíso Ambientes Decetização e Construção - Fornecedor	5069		[redacted]	17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

[redacted]/04/2024

Hora da Cotação

8:30

Validade da Cotação

07/06/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	5069		[redacted]	16/05/2024	Sim



Identificação do Fornecedor

19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Bosque Rio Branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

8:33

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

-

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 9

Descrição do item

3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização

Unidade de Fornecimento

METRO QUADRADO

Quantidade

41585

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço | Média | Mediana

[redacted]

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço [redacted]

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota LTDA - EMOPS - Fornecedor	41585		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

04.758.492/0001-02

Endereço Eletrônico

Av Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto.

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

8:40

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 56

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	41585		[redacted]	17/04/2024	[redacted]

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial, CEP 69.920-193, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

8:44

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	41585		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico

Rua Castro alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

8:50

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 10

Descrição do item

3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização

Unidade de Fornecimento

METRO QUADRADO

Quantidade

27989

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço [redacted] Média Mediana

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço: [redacted]

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota LTDA- EMOPS - Fornecedor	27989		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

Av. Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

8:54

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informações Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	27989		[redacted]	17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial, CEP 69.920-193, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

8:56

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

[redacted]

Informações Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	27989		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

[redacted]/05/2024

Hora da Cotação

8:59

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informações Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada

Item: 11

Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização	METRO QUADRADO	9022

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço [redacted] Média Mediana

Coeficiente de Variação, 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço [redacted]

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - EMOPS - Fornecedor	9022		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico
Av. Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto

Data da Cotação
16/05/2024

Hora da Cotação
9:04

Validade da Cotação
16/07/2024

Contato
[redacted]

Informações Adicionais
-

Anexos
COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	9022		[redacted]	17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico
BR 364, Distrito Industrial, Rio Branco ACRE

Data da Cotação
17/04/2024

Hora da Cotação
9:08

Validade da Cotação
17/06/2024

Contato
[redacted]

Informações Adicionais
-

Anexos
COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	Superdream Saneamento ambiental - Fornecedor	9022		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico
Rua Castro Alves, Bairro bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação
16/05/2024

Hora da Cotação
9:11

Validade da Cotação
16/07/2024

Contato
[redacted]

Informações Adicionais
-

Anexos
COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada

Item: 12

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 59

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização	METRO QUADRADO	11160

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço | Média | Mediana

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço:

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - EMOPS - Fornecedor	11160			16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

Av. Doutor Pereira Passos n/ 283, Bairro Seis de agosto

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

9:18

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

Informações Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	11160			17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial, CEP 69.920-193, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

9:21

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

Informações Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	11160		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Eosque, Rio branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

9:23

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 13

Descrição do item

3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização

Unidade de Fornecimento

METRO QUADRADO

Quantidade

69500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço | Média | Mediana

[redacted]

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço: R$ 4,2000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - EMOPS - Fornecedor	69500		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

Av. Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

9:27

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambients Dedetização e Construção - Fornecedor	69500		[redacted]	17/04/2024	Sim

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 61

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial, CEP 59.920-193

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

9:29

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	69500		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

9:32

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 14

Descrição do item

3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização

Unidade de Fornecimento

METRO QUADRADO

Quantidade

14043

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço | Média | Mediana

[redacted]

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço: R$ 4,2000

Método de cálculo acotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota LTDA - EMOPS - Fornecedor	14043		[redacted]	16/05/2024	[redacted]

Identificação do Fornecedor

04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

Av. Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

9:34

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

68 99609-5039

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes dedetização e Construção - Fornecedor	140043		[redacted]	17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial, CEP 69.920-193, Rio Branco ARE

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

9:38

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	14043		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

9:43

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada

Item: 15

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização	METRO QUADRADO	49447

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço [redacted] Média Mediana

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço: R$ 4,2000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - EMOPS - Fornecedor	49477		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico
Av. Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto, Rio Branco ACRE

Data da Cotação
16/05/2024

Hora da Cotação
9:45

Validade da Cotação
16/07/2024

Contato
[redacted]

Informações Adicionais
-

Anexos
COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Desetização e Construção - Fornecedor	49447		[redacted]	17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico
BR 364, Distrito Industrial, CEP 69.920-193, Rio Branco ACRE

Data da Cotação
17/04/2024

Hora da Cotação
9:51

Validade da Cotação
17/06/2024

Contato
[redacted]

Informações Adicionais
-

Anexos
COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	49447		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor
05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico
Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação
16/05/2024

Hora da Cotação
9:55

Validade da Cotação
16/07/2024

Contato
[redacted]

Informações Adicionais
-

Anexos
COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada

Item: 16

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONS
Fls. 64

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização	METRO QUADRADO	16926

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço | Média | Mediana

[redacted]

Coeficiente de Variação: 11,5322%
Desvio Padrão: 0,4190
Maior Preço: R$ 4,2000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI - EMOPS - Fornecedor	16926		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

[redacted]04.758.432/0001-02

Endereço Eletrônico

Av Doutor Pereira Passos nº 283, Bairro Seis de Agosto, Rio Branco ACRE

Data da Cotação
16/05/2024

Hora da Cotação
9:58

Validade da Cotação
16/07/2024

Contato
[redacted]

Informacões Adicionais
-

Anexos
COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	16926		[redacted]	17/04/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

05.493.311/0001-53

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial, CEP 69.920-193, Rio Branco ACRE

Data da Cotação
17/04/2024

Hora da Cotação
10:01

Validade da Cotação
17/06/2024

Contato
[redacted]

Informacões Adicionais
-

Anexos
COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento ambiental - Fornecedor	16926		[redacted]	16/05/2024	

Identificação do Fornecedor

19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico

Rua Castro Alves, Bairro Bosque, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

10:02

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informações Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada

Item: 17

Descrição do item

3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização

Unidade de Fornecimento

METRO QUADRADO

Quantidade

491

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço | Média | Mediana

[redacted]

Coeficiente de Variação: 79,2936%
Desvio Padrão: 11,2861
Maior Preço: R$ 30,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	E. de Aguiar Frota EIRELI- EMOPS - Fornecedor	491		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

Av. Doutor Pereira Pessoa nº 283, Bairro Seis de Agosto, Rio Branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

10:05

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informações Adicionais

-

Anexos

COTACCAO EMOPS.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	Paraiso Ambientes Dedetização e Construção - Fornecedor	491		[redacted]	17/04/2024	[redacted]

Identificação do Fornecedor

04.758.482/0001-02

Endereço Eletrônico

BR 364, Distrito Industrial CEP 69.920-193, Rio branco ACRE

Data da Cotação

17/04/2024

Hora da Cotação

10:07

Validade da Cotação

17/06/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO PARAISO AMBIENTES.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	SuperDream Saneamento Ambiental - Fornecedor	491		[redacted]	16/05/2024	Sim

Identificação do Fornecedor

19.779.914/0001-20

Endereço Eletrônico

Rua Castro alves, Bairro bosque, Rio branco ACRE

Data da Cotação

16/05/2024

Hora da Cotação

10:09

Validade da Cotação

16/07/2024

Contato

[redacted]

Informacões Adicionais

-

Anexos

COTACAO SUPER DREAM.pdf

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Nota Técnica

A pesquisa de preço foi realizada conforme orientação no Art. 5º da IN 65 de 07/07/2021.

A referida pesquisa foi realizada de acordo com os parâmetros IV da IN supracitada pois não obteve-se êxito conforme o parâmetro I pois não foram encontrados preços condizentes com o praticado no mercado, também não foi possível utilizar o parâmetro II, pois não foi encontrado contratações similares no período de 01 (um) ano, bem como não foi possível encontrados resultados relevantes no parâmetro III, por se tratar de serviços específicos que envolvem tarifas tarifas como deslocamentos, ademais encontramos resultados mais satisfatórios e condizentes com a realidade do mercado utilizando como base o parâmetro IV, visto que já são empresas do ramo da atividade, ademais a referida pesquisa será lançada no sistema de painel de preços do comprasgov.

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Relatório emitido em 06/06/2024 10:40

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt[2]{\frac{\sum_{i=1}^{n}(x-\mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Classificação: [redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

OFÍCIO nº 8-DEFAULT
EB: 64045.003088/2024-63

Rio Branco, AC, 7 de maio de 2024.

Senhor(a): Sócio(a)/Proprietario(a)
EMPRESA: SUPERDREAM SANEAMENTO AMBIENTAL.
Rua Castro Alves, 311 Bairro do Bosque.
CEP 69900-622 - Rio Branco-Acre

Assunto: **Solicitação da base de Preços referente ao serviço de controle sanitário.**

Prezado(a) Senhor(a),

O 7º Batalhão de Engenharia de construção, com CNPJ nº [redacted] está realizando uma pesquisa de preços para contratação de serviço de controle sanitário para o 7° BEC e o Destacamento de Manoel Urbano no KM 67. Em virtude disso, solicitamos a gentileza de nos enviar uma proposta comercial contendo as seguintes informações:

Grupos	Descrição	Catmat	Und de medida	Qnt	Local	Valor unitário	Valor total
01	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo *Técnico responsável* ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M^2	76632	Aprovisionamento		
			M^2	71020	Pavilhão de Comando		
			M^2	48530	Companhia de Comando e Apoio		
			M^2	7075	Alojamento dos Subtenentes e Sargentos		
			M^2	6471	Subtenência da CCAP		
			M^2	8441	Guarda		
			M^2	11869	Laboratório		
			M^2	5069	Depósito 1° CIA		
			M^2	41585	Pelotão de Obras		
			M^2	27989	Solar do barão		

Classificação: [redacted]

			M²	9022	Portão Principal (Recepção, cela e alojamento de serviço)			
			M²	11160	Albergues			
			M²	69500	Comando da CEEM e Oficina Leve			
			M²	14043	Alojamento da CEEM			
			M²	49447	Oficina Pesada			
			M²	16926	Borracharia			
02		3417	M²	491	Destacamento de *Manoel Urbano* (KM67)			

A proposta comercial deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico [redacted] Ressaltamos que a proposta é para ter como base a pesquisa de preços para futuro lançamento do pregão eletrônico.

Ressaltamos ainda que a proposta deve conter dados como: Telefone, e-mail e endereço, assim como CNPJ, nome da empresa e nome do sócio ou responsável, prazo de validade da proposta e a sua respectiva assinatura.

Endereço para envio:
7° Batalhão de Engenharia de Construção
E-mail: [redacted]
Rio Branco – Acre 69918-093

Agradecemos antecipadamente pela atenção e aguardamos sua resposta. Caso tenha alguma dúvida, por favor, entre em contato conosco pelo e-mail mencionado acima.

[redacted]

"80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU"

[redacted]

[redacted]

eZkC-X/zS-3bCC-KQ6b

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 71
[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXERCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
(Processo Administrativo nº 64045.001316/2024-61)

Ofício Nº 15 -Grupo Aprov
NUP: 64045.002623/2024-69

À empresa: **Super Clean Saneamento Ambiental Ltda**
CNPJ: **19.779.914/0001-20**
Endereço do Fornecedor: **Rua Castro Alves, 311. Bosque**
CEP:**69900-662, Rio Branco Ac.**

Superdream SANEAMENTO AMBIENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

O 7º Batalhão de Engenharia de construção, com CNPJ nº 07.552.636/0001-95, está realizando uma pesquisa de preços para contratação de serviço de dedetização, desratização e desinsetização. Em virtude disso, solicitamos a gentileza de nos enviar uma proposta comercial contendo as seguintes informações:

Grupos	Descrição	Catmat	Und de medida	Qnt	Local	Valor unitário	Valor total
01	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e	3417	M²	76632	Aprovisionamento	4,20	[redacted]
			M²	71020	Pavilhão de Comando	4,20	

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 22

[redacted]

	galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.		M²	48530	Companhia de Comando e Apoio	4,20	[redacted]
			M²	7075	Alojamento dos Subtenentes e Sargentos Subtenência da CCAP	4,20	
			M²	6471	Subtenência da CCAP	4,20	
			M²	8441	Guarda	4,20	
			M²	11869	Laboratório	4,20	
			M²	5069	Depósito 1° CIA	4,20	
			M²	41585	Pelotão de Obras	4,20	
			M²	27989	Solar do barão	4,20	
			M²	9022	Portão Principal (Recepção. cela e alojamento de serviço)	4,20	
			M²	11160	Albergues	4,20	
			M²	69500	Comando da CEEM e Oficina Leve	4,20	
			M²	14043	Alojamento da CEEM	4,20	

[redacted] Fls.: 13

			M²	49447	Oficina Pesada	4,20	[redacted]
			M²	16926	Borracharia	4,20	
02		3417	M²	491	Destacamento de Manoel Urbano (KM67)	4,20	

A proposta comercial deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico [redacted]. Ressaltamos que a proposta é para ter como base a pesquisa de preços para futuro lançamento do pregão eletrônico.

Ressaltamos ainda que a proposta deve conter dados como: Telefone, e-mail e endereço, assim como CNPJ, nome da empresa e nome do sócio ou responsável, prazo de validade da proposta e a sua respectiva assinatura.

Endereço para envio:

7° Batalhão de Engenharia de Construção
E-mail: [redacted] Whatsap.
Rio Branco – Acre 69918-093

Rio Branco, Acre 13 de junho de 2024

[redacted]

Classificação: Fls. 44

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

OFÍCIO nº 7-DEFAULT
EB: 64045.002893/2024-70

Rio Branco, AC, 26 de abril de 2024.

Senhor(a): Sócio(a)/Proprietario(a)
EMPRESA: PARAISO AMBIENTES DEDETIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO
BR 364 - Distrito Industrial. SALA 01
CEP 69920-193 - Rio Branco-Acre

Assunto: **Solicitação da base de Preços referente ao serviço de controle sanitário.**

Prezado(a) Senhor(a),

O 7º Batalhão de Engenharia de construção, com CNPJ nº [redacted], está realizando uma pesquisa de preços para contratação de serviço de controle sanitário para o 7° BEC e o Destacamento de Manoel Urbano no KM 67. Em virtude disso, solicitamos a gentileza de nos enviar uma proposta comercial contendo as seguintes informações:

Grupos	Descrição	Catmat	Und de medida	Qnt	Local	Valor unitário	Valor total
01	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, *WC's, copas, tubulações de esgoto,* e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico *assinado pelo Técnico responsável* ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M^2	76632	Aprovisionamento		
			M^2	71020	Pavilhão de Comando		
			M^2	48530	Companhia de Comando e Apoio		
			M^2	7075	Alojamento dos Subtenentes e Sargentos		
			M^2	6471	Subtenência da CCAP		
			M^2	8441	Guarda		
			M^2	11869	Laboratório		
			M^2	5069	Depósito 1° CIA		
			M^2	41585	Pelotão de Obras		
			M^2	27989	Solar do barão		

Classificação: [redacted]

				M²	9022	Portão Principal (Recepção, cela e alojamento de serviço)		
				M²	11160	Albergues		
				M²	69500	Comando da CEEM e Oficina Leve		
				M²	14043	Alojamento da CEEM		
				M²	49447	Oficina Pesada		
				M²	16926	Borracharia		
02		3417		M²	491	Destacamento de Manoel Urbano (KM67)		

A proposta comercial deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico [redacted]. Ressaltamos que a proposta é para ter como base a pesquisa de preços para futuro lançamento do pregão eletrônico.

Ressaltamos ainda que a proposta deve conter dados como: Telefone, e-mail e endereço, assim como CNPJ, nome da empresa e nome do sócio ou responsável, prazo de validade da proposta e a sua respectiva assinatura.

Endereço para envio:
7° Batalhão de Engenharia de Construção
E-mail: [redacted]
Rio Branco – Acre 69918-093

Agradecemos antecipadamente pela atenção e aguardamos sua resposta. Caso tenha alguma dúvida, por favor, entre em contato conosco pelo e-mail mencionado acima.

[redacted]

"80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU"

[redacted]

[redacted]

vCnt-Sg19-4Tgf-pTHx

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 77
[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.001316/2024-61)

Apêndice A – Descrição dos Itens e Quantitativos Distribuídos pelas Unidades Gestora e Participantes

Grupos	Descrição do item	Catmat	Unidade de Medida	Qtd.	Local	Valor máximo Unitário	Valor maximo total
1	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) – pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Setor de Aprovisionamento do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	76632	Aprovisionamento	[redacted]	[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTR
Fls 78

	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança do legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7° BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas n° 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	71020	Pavilhão de Comando	[redacted]	[redacted]
	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança do legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7° BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas n° 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	48530	Companhia de Comando e Apoio	[redacted]	[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTR
Fls. 79

	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	7075	Alojamento dos Subtenentes e Sargentos	[redacted]	[redacted]
	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Alojamento da CEEM do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	6471	Subtenência da CCAP	[redacted]	[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 80

Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	8441	Guarda	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	11869	laboratorio	[redacted]	[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7º
Fls. 81

Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	5069	Depósito 1° CIA	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	41585	Pelotão de Obras	[redacted]	

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 82

Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7° BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas n° 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	27989	Solar do Barão	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7° BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas n° 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	9022	Portão Principal (Recepção, cela e alojamento de serviço)	[redacted]	[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE
Fls. 83

	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança do legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	11160	Albergues	[redacted]	[redacted]
	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança do legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	69500	Comando da CEEM e Oficina Leve	[redacted]	[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls 84
[redacted]

Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's. copas, tubulações de esgoto, e estacionamento O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	14043	Alojamento da CEEM	[redacted]	[redacted]
Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's. copas, tubulações de esgoto, e estacionamento O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7º BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas nº 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	49447	Oficina Pesada	[redacted]	[redacted]

	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7° BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas n° 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	16926	Borracharia	[redacted]	[redacted]
2	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente. **Local da prestação do serviço: Pavilhão de Comando do 7° BEC (Sede), situado na Avenida Nações Unidas n° 2.100, Bairro Estação Experimental, Rio Branco-AC.**		M²	491	Destacamento de Manoel Urbano (KM67)	[redacted]	[redacted]

Rio branco Acre, 17 de abril de 2024.

[redacted]

Classificação: 96 [redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

OFÍCIO nº 9-DEFAULT
EB: [redacted]

Rio Branco, AC, 7 de maio de 2024.

Senhor(a): Sócio(a)/Proprietario(a)
EMPRESA: EMOPS.
R. Dr. Pereira Passos, 283 - Seis de Agosto
CEP 69901-010 - Rio Branco-Acre

Assunto: **Solicitação da base de Preços referente ao serviço de controle sanitário.**

Prezado(a) Senhor(a),

O 7º Batalhão de Engenharia de construção, com CNPJ nº 07.552.636/0001-95, está realizando uma pesquisa de preços para contratação de serviço de controle sanitário para o 7° BEC e o Destacamento de Manoel Urbano no KM 67. Em virtude disso, solicitamos a gentileza de nos enviar uma proposta comercial contendo as seguintes informações:

Grupos	Descrição	Catmat	Und de medida	Qnt	Local	Valor unitário	Valor total
01	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, *WC's, copas, tubulações de esgoto,* e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico *assinado pelo Técnico responsável* ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M^2	76632	Aprovisionamento		
			M^2	71020	Pavilhão de Comando		
			M^2	48530	Companhia de Comando e Apoio		
			M^2	7075	Alojamento dos Subtenentes e Sargentos		
			M^2	6471	Subtenência da CCAP		
			M^2	8441	Guarda		
			M^2	11869	Laboratório		
			M^2	5069	Depósito 1° CIA		
			M^2	41585	Pelotão de Obras		
			M^2	27989	Solar do barão		

			M²	9022	Portão Principal (Recepção, cela e alojamento de serviço)			
			M²	11160	Albergues			
			M²	69500	Comando da CEEM e Oficina Leve			
			M²	14043	Alojamento da CEEM			
			M²	49447	Oficina Pesada			
			M²	16926	Borracharia			
02		3417	M²	491	Destacamento de Manoel Urbano (KM67)			

A proposta comercial deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico licitaaprov@gmail.com . Ressaltamos que a proposta é para ter como base a pesquisa de preços para futuro lançamento do pregão eletrônico.

Ressaltamos ainda que a proposta deve conter dados como: Telefone, e-mail e endereço, assim como CNPJ, nome da empresa e nome do sócio ou responsável, prazo de validade da proposta e a sua respectiva assinatura.

Endereço para envio:
7° Batalhão de Engenharia de Construção
E-mail: licitaaprov@gmail.com
Rio Branco – Acre 69918-093

Agradecemos antecipadamente pela atenção e aguardamos sua resposta. Caso tenha alguma dúvida, por favor, entre em contato conosco pelo e-mail mencionado acima.

[redacted]

"80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU"

[redacted]

[redacted]

h+Q7-comb-npdD-VzTS

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
7° BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
(Processo Administrativo nº 64045.001316/2024-61)

[redacted]

Ofício N° 1-Grupo Aprov
NUP: 64045.002623/2024-69

À empresa: E. de Aguiar Frota ltda – EMOPS
Endereço do Fornecedor : R. Dr. Pereira Passos, 283 - Seis de Agosto, Rio Branco
CEP:69901-010, Rio Branco Ac

Prezado(a) Senhor(a),

O 7° Batalhão de Engenharia de construção, com CNPJ nº 07.552.636/0001-95, está realizando uma pesquisa de preços para contratação de serviço de dedetização, desratização e desinsetização. Em virtude disso. solicitamos a gentileza de nos enviar uma proposta comercial contendo as seguintes informações:

Grupos	Descrição	Catmat	Und de medida	Qnt	Local	Valor unitário	Valor total
01	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e	3417	M²	76632	Aprovisionamento	[redacted]	
			M²	71020	Pavilhão de Comando	[redacted]	

[redacted]

galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	M²	48530	Companhia de Comando e Apoio	[redacted]
	M²	7075	Alojamento dos Subtenentes e Sargentos Subtenência da CCAP	
	M²	6471	Subtenência da CCAP	
	M²	8441	Guarda	
	M²	11869	Laboratório	
	M²	5069	Depósito 1° CIA	
	M²	41585	Pelotão de Obras	
	M²	27989	Solar do barão	
	M²	9022	Portão Principal (Recepção, cela e alojamento de serviço)	
	M²	11160	Albergues	
	M²	69500	Comando da CEEM e Oficina Leve	
	M²	14043	Alojamento da CEEM	

			M²	49447	Oficina Pesada	[redacted]
			M²	16926	Borracharia	
02		3417	M²	491	Destacamento de Manoel Urbano (KM67)	

A proposta comercial deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico [redacted]. Ressaltamos que a proposta é para ter como base a pesquisa de preços para futuro lançamento do pregão eletrônico.

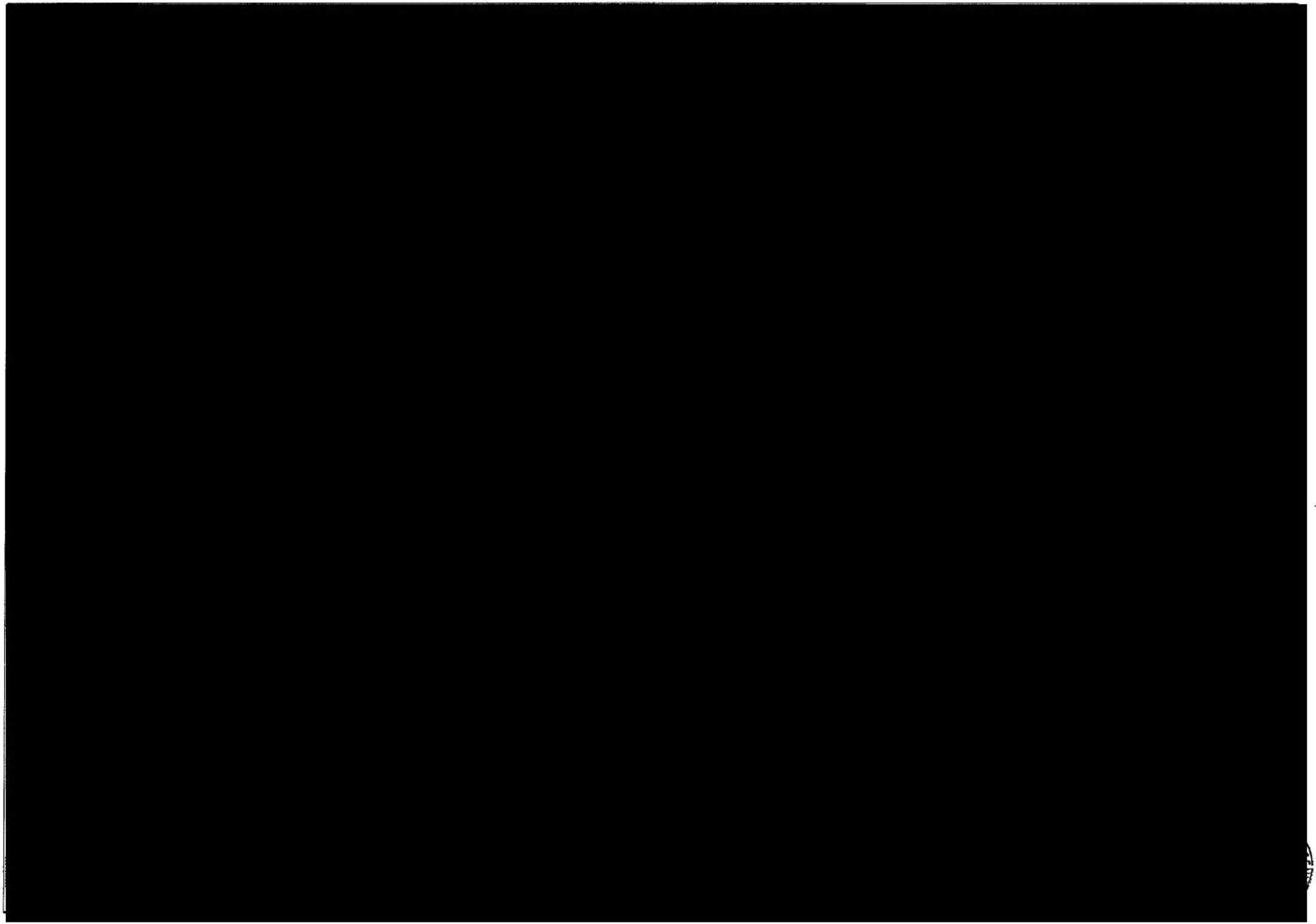
Ressaltamos ainda que a proposta deve conter dados como: Telefone, e-mail e endereço, assim como CNPJ, nome da empresa e nome do sócio ou responsável, prazo de validade da proposta e a sua respectiva assinatura.

Endereço para envio:

7° Batalhão de Engenharia de Construção
E-mail: [redacted]
Rio Branco – Acre 69918-093

Agradecemos antecipadamente pela atenção e aguardamos sua resposta . Caso tenha alguma dúvida, por favor, entre em contato conosco pelo telefone mencionado acima.

[redacted]



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo nº 64045.001637/2024-65.

Pregão Eletrônico SRP nº 10/2024 - 7º BEC.

Objeto: Contratação de serviços controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Valor estimado para a aquisição: R$ 1.727.621,27 (um milhão setecentos e vinte sete mil, seiscentos e vinte um reais e vinte sete centavos).

Rubricas orçamentárias: Atualmente, não existe dotação orçamentária para a realização deste serviço. Trata-se de um pregão eletrônico sem dotação orçamentária, e, sucessivamente, no momento da contratação será utilizado o recurso oriundo da União referente a recurso para manutenção da vida vegetativa da OM.

Eu, no exercício da função de Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II, do art. 167, da Constituição Federal, art. 150 da Lei nº 14.133/2021 e art. 73 do Decreto-Lei nº 200/1967, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, inclusive criminais, **que a despesa que se pretende realizar** possui recurso descentralizado no momento, tratando-se de um pregão eletrônico com dotação orçamentária.

Rio Branco, AC, 17 de junho de 2024.

[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 94
[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64045.001637/2024-65
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2024 – 7º BEC

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar públicas suas intenções de realizar um certame na modalidade Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o Art. 9, do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, **abranda tal exigência**, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

> *Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º*

Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades do SISG, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, conforme o § 2º do Art. 9º do decreto já mencionado:

> *§ 2º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante.*

Neste caso, a Administração optou pela **não divulgação da presente IRP** por conta de que é a única contratante e pela natureza do serviço que será executado dentro da Organização Militar com o projeto exclusivo para o 7º Batalhão de Engenharia de Construção.

Rio Branco-AC, 17 de junho de 2024.

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 95
[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

JUSTIFICATIVA PARA NÃO PERMISSÃO DE FUTURA ADESÃO DE INTERESSADOS NÃO-PARTICIPANTES

Processo nº: 64045.001637/2024-65

Pregão Eletrônico SRP nº 10/2024 – 7º BEC

Objeto: Contratação de serviços controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC.

Esta UASG não autoriza a adesão à ata de registro de preços por outros órgãos ou entidades, na condição de UG não Participante - "*carona*" – primordialmente por haver somente 1 unidade do objeto licitado, deste modo, a concessão não atenderia o que diz o *§ 4º do* Art. 86 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, que segue:

> *§ 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.*

Rio Branco, AC, 17 de junho de 2024.

[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 96
[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

DECLARAÇÃO

1. Declaro, para os devidos fins que, o **7º Batalhão de Engenharia de Construção – 7º BEC** adotou a forma de papel em vez de eletrônica no referido processo administrativo NUP: 64045.001637/2024-65 - Pregão Eletrônico SRP nº 10/2024 – 7º BEC.

2. Tal escolha, dar-se-á em virtude do Comando do Exército desautorizar até a presente data, a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

3. Portanto, não compete a este Ordenador de Despesas descumprir às ordens emanadas pelo Escalão Superior quanto à utilização de ferramenta (sistema) no qual a Força Terrestre de alguma forma detecte eventual risco à segurança das informações.

4. Ademais, assim que for emitido parecer favorável pelo Comando do Exército ao implemento do processo na forma eletrônica pelo sistema SEI ou qualquer outro com essa atribuição serão imediatamente adotadas as medidas administrativas com vistas à sua consolidação, concomitantemente às exigências advindas dessa respeitosa Consultoria relacionados ao tema.

Rio Branco, AC, 17 de junho de 2024.

[redacted]

gov.br Compras.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

10/2024

CONTRATANTE (UASG)

(160001)

OBJETO

[Contratação de serviços controle de vetores e pragas urbanas (desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários do 7º BEC]

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 1.727.621,27 (um milhão setecentos e vinte sete mil, seiscentos e vinte um reais e vinte sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço por grupo]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 8
7. DA FASE DE JULGAMENTO 12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 17
11. DOS RECURSOS 18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 21

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

[redacted]

MODELO DE EDITAL

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

(Processo Administrativo nº 64045.001637/2024-65)

Torna-se público que o 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160001, por meio da Seção de Aquisição, Licitações e Contratos – SALC, sediado na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, Rio Branco – AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei 14.133 de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 00/00/0000

Horário: 00:00 (horário de Brasília-DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras/pt-br

Critério de Julgamento: menor preço global

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização, maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

1.2. ~~*A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*~~

OU

1.3. *A licitação será realizada em único item.*

OU

1.4. ~~*A licitação será dividida em grupos, formados por 1 (1 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*~~

OU

1.5. *A licitação será realizada em grupo unico, formados por 17 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização, maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

BATALHÃO DE ENGENHARIA
FLS. 93
[redacted]

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. ~~*Para os itens ....., ..., ..., a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*~~

3.5.1. ~~*A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*~~

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2. e 3.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2. e 3.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.11.1 e 8.13.1. deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FLS. 99

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. ~~no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;~~

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *valor total do grupo;*

5.1.2. *valor unitário por item.*

5.1.3. ~~Marca;~~

5.1.4. ~~*Fabricante;*~~

5.1.5. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de cada item orçado pela administração. ou seja, o mínimo deve ser a quantidade de cada item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. ~~*No presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.*~~

OU

5.8. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 **(cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. ~~Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.~~

5.12. ~~Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário mínimo vigente, o que for maior.~~

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de* ***R$0,01 (um centavo)***.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

9º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE
Fls. 101
[redacted]

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. ~~Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.~~

6.12.1. ~~A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.~~

6.12.2. ~~Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.~~

6.12.3. ~~No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.~~

6.12.4. ~~Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.~~

6.12.5. ~~Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.~~

6.13. ~~Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.~~

6.13.1. ~~Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.~~

6.13.2. ~~A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.~~

6.13.3. ~~A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.~~

6.13.4. ~~Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.~~

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

6.13.5. ~~Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.~~

6.13.6. ~~Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.~~

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONS
Fls. 102

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. *Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévio pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:*

6.22.1.1. ☐

6.22.1.2. ☐

6.22.2. *[Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo] / [Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo]:*

6.22.2.1. ☐

6.22.2.2. ☐

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

9º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE
Fls. 103
[redacted]

7.4. ~~Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.~~

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1. e 4.6. deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. ~~Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

7.7.1. ~~[indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];~~

7.7.2. ~~O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.~~

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. contiver vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.4.1. Para a comprovação da exequibilidade da proposta, o pregoeiro solicitará ao licitante a apresentação de Planilha de Composição de Custo [redacted] elaborada e assinada pelo mesmo ou responsável legal, com as devidas procurações e contrato social, a fim de comprovar, acrescido dos respectivos encargos, a consolidação da composição de todos os custos até o Preço Final do(s) item(ens), que comprovem os custos informados no [redacted], sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9.1.3. Documentos que serão solicitados pelo Pregoeiro:

7.9.1.3.1. Proposta de preços atualizada, contendo as características do serviço ofertado, conforme descrição detalhada cadastrada no sistema; a cópia do Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA; laudos técnicos e a cópia do catálogo ou folheto contendo informações técnicas do produto, extrato do Simples Nacional (s.f.c. de enquadramento tributário do licitante); declaração do contador da empresa com firma reconhecida em cartório em relação ao valor percentual e absoluto tributário apresentado na planilha de custos, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1.3.2. Certificado do Registro do Produto, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; e da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA nº 016, de 1º de abril de 2014, quando aplicável.

7.9.1.3.2.1. no caso registro encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentado o respectivo Certificado do Registro do Produto em renovação acompanhada da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido no §2º do Art 8º, do Decreto Federal nº 8.077/2013.

7.9.1.3.2.2. no entanto, no caso dos produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim cadastrados, o licitante deverá apresentar cópia do DOU de Dispensa de Registro, discriminando cada item na cópia do DOU, quando for o caso, conforme cartilha da ANVISA (Vigilância Sanitária e Licitações Públicas), publicadas em junho de 2003.

7.10. ~~Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:~~

7.10.1. ~~Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;~~

7.10.2. ~~No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*~~

7.10.3. ~~No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração,~~ independentemente do regime de execução.

7.10.4. ~~Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.~~

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 104
[redacted]

7.12.1. ~~Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.~~

7.12.2. ~~Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocada na execução contratual.~~

7.12.3. ~~Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.~~

7.12.4. ~~Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.~~

7.12.5. ~~Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.~~

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. ~~Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.~~

7.15. ~~Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.~~

7.16. ~~Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.~~

7.17. ~~Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

7.18. ~~No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.~~

7.19. ~~Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.~~

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de ~~[INSERIR UM PERCENTUAL 10% A 30 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO]~~ para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por sistema.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 105

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

8.10.1. *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos conforme consta no item 5 do Termo de Referência, a ser agendado através do contato com o 2º Sgt Calixto através do ,telefone: (84) 9690-6107 ou e-mail: apmvisionamento 7bec@gmail com de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

8.10.2. *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. **Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.***

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1..

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que

9º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 101
[redacted]

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

2ª BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 102
[redacted]

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico, poderão ser **acessados no endereço Avenida Nações Unidas, 2100, 7º BEC, Rio Branco, AC, 69918-093, Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) do 7º BEC, *nos dias úteis*, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas. Os autos poderão ser solicitados através do e-mail: licita7bec17@gmail.com**;

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de **5% (cinco) por cento** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., a multa será de **1% (um) por cento** do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8., a multa será de **10% (dez) por cento** do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTR
Fls. 101

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, ***pelos seguintes meios:*** **licita7bec17@gmail.com ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Nações Unidas, 2100, 7º BEC, Rio Branco, AC, 69918-093, Seção de Comunicação Social do 7º BEC (ComSoc), nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 11:30 horas e 13:00 horas às 16:00;**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **oficial do 7º BEC**.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços

14.11.4. *ANEXO IV – Modelo Planilha de Composição de Custos*

2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 109

14.11.5. Anexo V - Modelo de Dispensa do Termo de Vistoria

14.11.6. Anexo VI - Modelo de Termo de Vistoria

Rio Branco - AC, [redacted] de junho de 2024

[redacted]

Termo de Referência 12/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2024	160001-7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/AC	[redacted]	06/06/2024 11:52 (v 9.0)

Status
CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		64045001637202465

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC, conforme tabela abaixo.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas /filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e	3417	M²	76632	[redacted]	
	2		3417	M²	71020		
	3		3417	M²	48530		
	4		3417	M²	7075		
	5		3417	M²	6471		
	6		3417	M²	8441		
	7		3417	M²	11869		
	8		3417	M²	5069		
	9		3417	M²	41585		
	10		3417	M²	27989		

2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 110
[redacted]

	11	estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	9022	[redacted]
	12		3417	M²	11160	
	13		3417	M²	69500	
	14		3417	M²	14043	
	15		3417	M²	49447	
	16		3417	M²	16929	
	17		3417	M²	491	
					VALO	

~~1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

1.2 O serviço a ser contratado é considerado comum, conforme Art. 6 inc. XIII - *"bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"*

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável na forma do artigo 107, desta Lei.*

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual , conforme detalhamento a seguir:

a) ID PCA no PNCP: : 00394452000103-0-000001/2024

b) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

c) Local: Rio Branco/AC

d) Fonte: Compras.gov.br

e)Total de itens: 2.232

f) Valor total estimado: 186.536.594,06

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. O ciclo de vida do objeto foi calculado baseado com base com base no art 105 da lei 14.133 prorrogável na forma do art 107 desta lei com estimativa máxima de 10 anos de aplicação do serviço.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte.

4.1.1 A contratada deve ser empresa especializada em controle de vetores e pragas urbanas como: Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7° BEC. De acordo com a RDC n° 18, de 29 de fevereiro de 2000, da ANVISA, a definição de vetores são artrópodes ou outros invertebrados que transmitem infecções, através do carreamento externo (transmissão passiva ou mecânica) ou interno (transmissão biológica) de microrganismos e pragas urbanas, são animais que infestam ambientes urbanos podendo causar agravos a saúde e/ou prejuízos econômicos, desta forma é de sua importância o controle dos mesmos.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*.

4.2.1 a contratação segue o PLS da OM (Plano de Logistica Sustentavel)

4.2.2 **A licitante vencedora, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6° da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n° 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber, e, ainda:**

4.2.3 A licitante vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei n° 12.305 de 02 de agosto de 2010;

4.2.4 Caberá, ainda, à licitante vencedora, executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA n° 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
Os equipamentos de aplicação de desinfetantes domissanitários deverão ser adequados ao tipo de utilização e estar em perfeitas condições de uso, bem como ter rótulos que especifiquem a composição qualitativa e quantitativa, devendo essas regras ser aplicadas aos recipientes que contêm os produtos em questão;

4.2.5 A manipulação e aplicação de produtos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados. Os agrotóxicos, seus componentes e afins, a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3° da Lei n° 14.785, de 2023, e artigos 1°, inciso XLII, e 8° a 30, do Decreto n°4.074, de 2002, e legislação correlata.

Indicação de marcas ou modelos

~~4.3. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares. (...)~~

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

~~4.4. Diante das conclusões extraídas do processo n. ____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos /marcas:~~

~~4.4.1. ...~~

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 11
[redacted]

~~4.4.2. ...~~

~~4.2.3~~

Subcontratação

4.5. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.6. *O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.*

Vistoria

4.8. ***~~O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior a data prevista para abertura da sessão pública.~~***

4.9. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.10. *Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.11. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 03 dias uteis após a emissão da ordem de serviço.

5.1.2. O cronograma para realização dos serviços é conforme demanda da administração.

Local e horário para prestação dos serviços

Local	Horários
7º Batalhão de Engenharia de construção	**Segunda a quinta-feira 07:30 ás 11:30 e das 13:30 ás 16:00**
Destacamento de Manoel Urbano KM 64	**Sextas feiras: 07:30 ás 11:30**

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.13. Para correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá, se necessário realizar a vistoria nas instalações do local de execução do serviço, acompanhado por servidor designado para esse fim nos endereços e horários da tabela acima.

4.12. A licitante deverá declarar em sua proposta que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para para cumprimento das obrigações do serviço a ser realizado.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

~~Preposto~~

~~6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.~~

~~6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período .....~~

~~6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.~~

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022. art. 22. V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022)

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FLS. 112 [redacted]

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice A, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios*

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (*Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133* e *Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022*).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (*Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022*).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (*Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022*)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (*art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022*).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do *art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021*, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 113

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

~~7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

~~7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice XXXX de correção monetária.~~

Forma de pagamento

7.27. *O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

7.28. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO.

Regime de execução

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 114
[redacted]

8.2. O regime de execução do contrato será por preço unitário.

Habilitação Jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual ou Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor*

Qualificação Técnica

8.27. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.28. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.29. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante o entidade profissional competente no Brasil.*

8.30. *Comprovação de aptidão para execução de serviço por meio de apresentação de atestado de capacidade técnica referente ao objeto da licitação.*

8.30.1. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.30.2. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.30.3. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.31. **Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

8.31.1. **A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;**

8.31.2. **A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;**

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 115 [redacted]

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.3.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.32.1. Possuir registro nos órgãos competentes, como a Vigilância Sanitária e o Conselho Regional de Química, conforme previsto no Art 5° da resolução ANVISA n° 52 de 22 de outubro de 2009

8.32.2. Experiência comprovada na prestação de serviços de controle de pragas, preferencialmente em ambientes semelhantes.

8.32.3. Utilização de produtos autorizados e devidamente registrados, garantindo a segurança e eficácia.

8.32.4. Capacidade de realizar os serviços de forma programada e emergencial, quando necessário.

8.33.5. Apresentar certificados de garantia dos serviços prestados.

8.34. ***A manipulação e aplicação de produtos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados. Os agrotóxicos, seus componentes e afins, a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3° da Lei n° 14.785, de 2023, e artigos 1°, inciso XLII, e 8° a 30, do Decreto n° 4.074, de 2002, e legislação correlata.***

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 1.727.621,27

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 1.727.621,27 *(Um milhão, setecentos e vinte e sete mil, seiscentos e vinte e um mil, e vinte e sete centavos)*, conforme custos unitários apostos no Apêndice A.

10. Adequação orçamentária

~~**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**~~

~~10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União:~~

~~**10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:**~~

~~**I) Gestão/Unidade: [...];**~~

~~**II) Fonte de Recursos: [...];**~~

~~**III) Programa de Trabalho: [...];**~~

~~**IV) Elemento de Despesa: [...];**~~

~~**V) Plano Interno: [...];**~~

10.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento*

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3° do Art. 4° do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

UASG 160001 Termo de Referência 12/2024

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Serviços sem dedicação — Atualização: maio/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

4° BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 110
[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Apêndice A – Termo de Referência

(Processo Administrativo nº 64045.001637/2024-65)

Grupos	Item	Descrição do item	Catmat	Unidade de Medida	Qtd.	Local	Valor máximo Unitário	Valor máximo total
1	1	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	76632	Aprovisionamento	[redacted]	[redacted]
1	2	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	71020	Pavilhão de Comando	[redacted]	[redacted]
1	3	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	48530	Companhia de Comando e Apoio	[redacted]	[redacted]
1	4	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários,	3417	M²	7075	Alojamento dos Subtenentes e [redacted]	[redacted]	[redacted]

4º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 117
[redacted]

		entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.						
1	5	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	6471	Subtenência da CCAP	[redacted]	[redacted]
1	6	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	8441	Guarda	[redacted]	[redacted]
1	7	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas	3417	M²	11869	laboratorio	[redacted]	[redacted]

		externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.						
1	8	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	5069	Depósito 1° CIA	[redacted]	
1	9	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico	3417	M²	41585	Pelotão de Obras	[redacted]	

1° BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 119
[redacted]

		assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.						
1	10	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.		M²	27989	Solar do Barão	[redacted]	
1	11	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	9022	Portão Principal (Recepção, cela e alojamento de serviço)	[redacted]	
1	12	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas).	3417	M²	11160	Albergues	[redacted]	

		Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.						
1	13	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	69500	Comando da CEEM e Oficina Leve	[redacted]	
1	14	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável	3417	M²	14043	Alojamento da CEEM	[redacted]	

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTR
Fls. 119
[redacted]

		ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.						
1	15	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	49447	Oficina Pesada	[redacted]	[redacted]
1	16	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.	3417	M²	16926	Borracharia	[redacted]	[redacted]
1	17	Controle sanitário integrado contra insetos (desinsetização) - BARATAS, TRAÇAS, MOSCAS E MOSQUITOS e as suas larvas/filhotes nas fontes, caixas de esgotos e galerias e nas edificações (áreas internas e áreas externas). Combate a ESCORPIÕES e	3417	M²	491	Destacamento de Manoel Urbano (KM67)	[redacted]	[redacted]

		RATOS (desratização) - pulverização geral, incluindo móveis, rodapés, ralos, WC's, copas, tubulações de esgoto, e estacionamento. O fornecedor das ações deve cumprir todas as Normas de segurança de legislação vigente, fornecendo equipamentos de segurança aos funcionários, entregar certificado técnico assinado pelo Técnico responsável ao final da ação e utilizar produtos que não agridam o meio ambiente.						
TOTAL								[redacted]

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRU
Fls. 120
[redacted]

Estudo Técnico Preliminar 12/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64045.001637202465

2. Descrição da necessidade

2.1 Justificativa

O 7º BEC, possui em suas instalações um Setor de Aprovisionamento, responsável por confeccionar toda as refeições de todos os militares da Organização Militar, inclusive a do pessoal de serviço, garantindo-lhes, diariamente, café, almoço, jantar e ceia. Justifica-se a contratação de empresa especializada para os serviços, através do controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC. A realização dos serviços de dedetização é necessária para garantir a proteção e qualidade do ambiente onde é confeccionada a alimentação de todos os integrantes do Batalhão, uma vez que diversas enfermidades podem ser transmitidas através do contato com insetos e roedores contaminados.

A necessidade da contratação dos serviços supracitados visam manter o bom funcionamento das instalações e promover a salubridade adequada nos ambientes, evitando a proliferação de pragas e doenças nas áreas do setor de Aprovisionamento e demais instalações do 7º BEC.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Aprovisionamento do 7º Bec	[redacted]

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O presente estudo objetiva a realização de licitação para serviço prestação de serviços de controle de vetores, pragas urbanas e insetos, contemplando desratização, desinsetização e controle de pombos, conforme condições, quantidades e exigências, a serem estabelecidas no Termo de Referência, considerando os seguintes requisitos:

- **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da empresa ou profissional habilitado vinculado com a empresa;**
- **Deverá ser apresentado, alvará de licença de funcionamento;**
- **Licença ou autorização sanitária;**
- **Licença Ambiental de Operação;**

Além disso quanto aos procedimentos durante a execução dos trabalhos os empregados da contratada deverão se apresentar devidamente uniformizados com os equipamentos de proteção individual (EPIs) e devidamente capacitados para realização da atividade em tela.

E ainda, a empresa deverá utilizar máquinas, equipamentos e veículos adequados e em conformidade com os normativos vigentes para a execução dos serviços.

O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente ou da Ordem de Serviços, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho.

A Contratada terá o prazo máximo de **3 (três) dias úteis** para início da prestação dos serviços, a fim de possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato.

Descrição detalhada dos métodos ou rotinas de execução do trabalho e das etapas a serem executadas:

Serviços Preliminares:

Apresentar os comprovantes de garantia dos serviços prestados, sendo primordial que os mesmos sejam realizados por funcionários qualificados e que não haja subcontratação da prestação de serviços.

Apresentar ao fiscal de contrato os relatórios dos serviços realizados para serem despachados com a Fiscalização Administrativa do 7º BEC.

Prestar garantia de, no mínimo, 3 (três) meses dos serviços prestados.

Os horários e dias estipulados para a execução dos serviços serão os seguintes:

7º BEC e seu destacamento de Manoel Urbano.	
HORÁRIOS	**DIAS DA SEMANA**
Período da manhã: 09h30min às 11h30min **Período da tarde:** 13:30h00min às 16h00min **Sexta feira:** 07:30min ás 12:00 horas.	Segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Todavia, segundo a análise da equipe de Planejamento da Contratação os serviços anteriormente observadas, não serão ainda mais prejudicadas, por desarrazoável exigência no instrumento convocatório e seus anexos, os quais venham frustrar o caráter competitivo da licitação.

Assim sendo, às exigências assinaladas são indispensáveis para uma contratação eficiente, sendo, portanto, consideradas flexíveis e necessários tais requisitos.

Natureza da Contratação

Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº14.133, de 01 de abril de 2021.

Duração Inicial do Contrato

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, conforme artigo 105, da lei 14.133, prorrogável na forma do art. 107, desta lei.

Sustentabilidade

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 129

A licitante vencedora, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber, e, ainda:

A licitante vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010;

Caberá, ainda, à licitante vencedora, executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
Os equipamentos de aplicação de desinfetantes domissanitários deverão ser adequados ao tipo de utilização e estar em perfeitas condições de uso, bem como ter rótulos que especifiquem a composição qualitativa e quantitativa, devendo essas regras ser aplicadas aos recipientes que contém os produtos em questão;

A manipulação e aplicação de produtos só poderá ser efetuada por funcionários devidamente habilitados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados. Os agrotóxicos, seus componentes e afins, a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 14.785, de 2023, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº4.074, de 2002, e legislação correlata.

5. Levantamento de Mercado

A pesquisa de preço foi realizada conforme orientação no Art. 5º da IN 65 de 07/07/2021.

A referida pesquisa foi realizada de acordo com os parâmetros IV da IN supracitada pois não obteve-se êxito conforme o parâmetro I pois não foram encontrados preços condizentes com o praticado no mercado, também não foi possível utilizar o parâmetro II, pois não foi encontrado contratações similares no período de 01 (um) ano, bem como não foi possível encontrados resultados relevantes no parâmetro III, por se tratar de serviços específicos que envolvem tarifas tarifas como deslocamentos, ademais encontramos resultados mais satisfatórios e condizentes com a realidade do mercado utilizando como base o parâmetro IV, visto que já são empresas do ramo da atividade, ademais a referida pesquisa será lançada no sistema de painel de preços do comprasgov.

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de serviços de dedetização, e controle de vetores para o setor de Aprovisionamento, e demais seções Os serviços a serem contratados serão por item e grupo, conforme Apêndice A anexo ao Termo de Referência.

JUATIFICATIVA DO USO DO GRUPO

O 7º BEC optou pelo agrupamento dos itens em 1 (um) grupo, dadas as características dos objetos, bem como as peculiaridades que envolvem a contratação.

A Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP), em atenção aos Acórdãos 2.977 /2012 TCU-Plenário, 2.695/2013 TCU-Plenário, 343/2014 TCU-Plenário, 4.205/2014 TCU - 1ª Câmara, 757/2015 TCU-Plenário, 588/2016 TCUPlenário, 2.901/2016 TCU-Plenário e 3.081/2016 TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) que somente será admitida as seguintes hipóteses:

a) aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

b) aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

Baseou-se a decisão da Administração do 7º BEC em agrupar os itens correlatos em grupo, que guardam íntima relação entre si, almejando-se com isso minimizar os riscos e dificuldades da pluralidade de contratos autônomos que podem ser atendidos em uma mesma pretensão contratual. O grupo contempla itens que se agrupam de acordo com a sua especificidade, inerentes ao serviço de controle de vetores e pragas urbanas que ora se vê pretendida a contratação.

Ademais, esta aglutinação contribui para gerenciamento mais eficiente do contrato, além de propiciar economia de escala. Neste sentido, o agrupamento atende a jurisprudência do TCU, "inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si". (Acórdão 5.260/2011 - 1ª Câmara). Não há dúvida de que serviços de telefonia, prestados por itens, possuem a mesma natureza.

O TCU também entendeu a legitimidade da reunião de elementos de mesma característica, quando possa a adjudicação de itens isolados vir a onerar "o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração". (Acórdão 5.301/2013 - 2ª Câmara)

Sustenta a pertinência do agrupamento ora pretendido o voto condutor, em Plenário do TCU, que avaliou certame conduzido pela Superintendência de Administração da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro, do qual se extrai a afirmativa de que "lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação" e "o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública". (Acórdão 861/2013-Plenário).

Outrossim, a divisão do objeto apenas por itens não implicaria em ampliação da competitividade pelos licitantes, tampouco em ganhos econômicos, pois os mesmos participariam da licitação em diversos itens isolados, perdendo-se assim economia de escala.

A não divisão do objeto pretendido em vários itens se dá em virtude da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integral ou satisfatoriamente prestado haja vista que poderia implicar a contratação de diversas empresas para a realização de um único evento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa foi definida com base nas nos estudos por metro quadrado de cada estrutura a ser realizado estes tipos de serviços, conforme Apêndice A, anexo ao Termo de referência.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. [redacted] 127

8. Estimativa do Valor da Contratação

Consubstanciado no art. 5º, da Instrução Normativa seges/me nº 65, de 7 de julho de 2021, informo-vos os parâmetros adotados pelo Setor Requisitante, a fim de satisfazer o referido dispositivo legal:

Quanto aos parâmetros estabelecidos pelo Art. 5o, da Instrução Normativa no 65, de 7 de julho de 2021, a presente pesquisa foi realizada seguindo a seguinte ordem:

I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis)meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Conforme o § 1º, do Art. 5º, da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, os parâmetros previstos nos incisos deste artigo não foram utilizados de forma combinada, sendo priorizados os previstos nos incisos IV, demonstrada nesta metodologia que foi utilizada para obtenção do preço de referência.

Conforme o § 2º, do Art. 5º, da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, são metodologias para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º,desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. Na presente ocasião, a fim de auferir o preço de referência da Administração adotou a dos preços cotados no site de compras do Governo Federal, onde se média e a mediana verificou os seguintes preços listados no Apêndice A do Termo de referência nº 12/2024 do Setor de Aprovisionamento do 7º BEC. As fontes, metodologia aplicada, bem como preços unitários e critérios utilizados para chegar ao valor estimado, compõem o Relatório de Pesquisa de Preços nº 40/2023 – Setor de Aprovisionamento.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como regra geral, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei n. 14.133, exige-se o parcelamento do objeto licitado sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação. A administração entende que, para estes serviços, será necessário parcelar somente o necessário para atender a legislação e a qualidade dos serviços, efetuando o serviço conforme demanda da administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os serviços serem contratados estão previstos no PCA 2023/2024 do 7º BEC.

12. Resultados Pretendidos

Espera-se obter os seguintes resultados com a presente contratação:

- Manter a adequada salubridade, evitando proliferação de doenças diversas;
- Garantir o pleno funcionamento do setor de Aprovisionamento, garantindo maior segurança no preparo e estocagem de alimentos.
- Manter a qualidade sanitária no 7º BEC;
- Dar condições para que o Aprovisionamento mantenha seus alvarás sanitários e ambiental.

13. Providências a serem Adotadas

A administração, após a finalização do processo de contratação deverá realizar orientações com o(s) responsável(is) pelo acompanhamento do serviço contratado, a empresa deverá ser notificada para início da atividade, o acompanhamento deve ser realizado durante e após a realização do serviço, garantindo a apresentação das comprovações necessárias por parte da empresa contratada, assim como a plena liquidação das obrigações por parte da contratante após o ateste dos serviços prestados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Geração de odores;

risco de contaminação do solo e da água; e

risco a saúde humana e ao equilíbrio ambiental local.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento da contratação declara viável a contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

[redacted] BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 423

[redacted]

MODELO DE TERMO DE CONTRATO (Anexo II)
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

(Processo Administrativo nº 64045.001637/2024-65)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....
E .....

A União, por intermédio do(a) **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, com sede no(a) Avenida Nações Unidas, 2100, 7º BEC, na cidade de Rio Branco/AC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.552.636/0001-95**, neste ato representado(a) pelo(a) **Sr. Tenente Coronel Abeiardo Silva de Faria Filho – Autoridade Competente do 7º BEC**, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na .....*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº **64045.001637/2024-65** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Contratação de serviços controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas,**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 124 [redacted]

mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1						
	2						
	3						
	...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ~~*O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*~~

2.1.1. ~~*O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.*~~

OU

2.2. *O prazo de vigência da contratação é de 01 **(um) ano** contado do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

2.2.1. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.*

2.3. *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.4.1. ***Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;***

2.4.2 ***Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;***

2.4.3. ***Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;***

2.4.4. ***Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;***

2.4.5. ***Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.***

2.5. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual*

OU

4.2. ~~*É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições.*~~

4.2.1. ~~*É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:*~~

~~*4.2.1.1 .....*~~

~~*4.2.1.2 .....*~~

4.2.2. ~~*Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:*~~

~~*4.2.2.1. .....*~~

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTR
Fls. 125

~~4.2.2.2. .....~~

4.2.3. ~~*Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*~~

4.3. ~~*A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.*~~

4.3.1. ~~*O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.*~~

4.4. ~~*É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*~~

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. ~~*O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (.....).*~~

OU

5.2. *O valor total da contratação é de R$..... .... (.....)*

5.3. ~~No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.~~

5.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ *(DD/MM/AAAA)*.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de ***30 (trinta) dias***, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de***30 (trinta) dias***.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONS
Fls. [redacted]

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. **Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.**

9.3. **A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.**

9.4. ~~*Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*~~

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.6. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.8. **Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;**

9.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

9.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.21. ~~*Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*~~

9.22. ~~*Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*~~

9.23. ~~*Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*~~

9.24. ~~*Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*~~

9.25. ~~*Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*~~

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

4º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 127
[redacted]

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

OU

10.2. *A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.*

OU

10.3. *A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, atualizado ou valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:*

10.3.1. *BEM 1..... Valor*

10.3.2. *BEM 2 .....Valor*

10.3.3 *...*

10.3.4. *TOTAL ..... Valor total*

OU

10.4. *O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.*

OU

10.5. *O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:*

10.5.1. *BEM 1..... Valor*

10.5.2. *BEM 2 ..... Valor*

10.5.3. *...*

10.5.4. *TOTAL ..... Valor total*

10.6. *Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

10.7. *A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

10.8. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.9. deste contrato.*

10.9. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

10.10. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

10.10.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*

10.10.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*

10.10.3. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.*

10.11. *A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.10, observada a legislação que rege a matéria.*

10.12. *A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*

10.13. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.*

10.14. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

10.15. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*

10.16. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificado.*

10.17. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

10.17.1. *O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).*

10.17.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato*

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. [redacted] 129

que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.18. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;*

10.19. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

10.20. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

10.20.1. *O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.*

10.20.2. *Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, o presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.*

10.20.3. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de .. (. ..) dias;

2. *Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de ....% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

i. *O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso i do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de ...% a ...% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de ...% a ...% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de ...% a ...% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de ...% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *XX (XXXX)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 129
[redacted]

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. ~~*O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*~~

12.2. ~~*Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*~~

12.2.1. ~~*Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*~~

~~a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*~~

~~b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*~~

OU

12.3. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

12.3.1. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

12.3.2. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

12.3.3. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. [redacted]

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTR
Fls. 19
[redacted]

MODELO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Anexo III)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

(Processo Administrativo nº 64045.001637/2024-65)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

A União, por intermédio do(a) **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, com sede no(a) Avenida Nações Unidas, 2100, 7º BEC, na cidade de Rio Branco/AC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.552.636/0001-95**, neste ato representado(a) pelo(a) **Sr. Tenente Coronel Abelardo Silva de Faria Filho – Autoridade Competente do 7º BEC**, nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ~~ou Aviso de Contratação Direta~~, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... *[do* **edital de Licitação nº 10/2024***]* ~~*ou [do Aviso da Contratação Direta nº]*~~, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*

do TR								
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

OU

~~*4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Público federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*~~

~~*4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*~~

~~*4.2.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*~~

~~*4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*~~

~~*4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*~~

~~*4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*~~

~~*4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*~~

~~*4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita*~~

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Ata de Registro de Preços – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls [redacted]

~~pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.~~

~~4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.~~

~~Dos limites para as adesões~~

~~4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.~~

~~4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.~~

~~4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.~~

~~4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~**Vedação a acréscimo de quantitativos**~~

~~4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.~~

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* ~~ou no aviso de contratação direta~~ e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* ~~ou no aviso de contratação direta~~; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9..

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ~~ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item~~ , observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital* ~~ou do aviso de contratação direta~~, poderá:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Ata de Registro de Preços – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 113

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços,

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Ata de Registro de Preços – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

[redacted] BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 134

observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ~~ou no aviso de contratação direta.~~*

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos

ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL ~~OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.~~*

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Ata de Registro de Preços – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 135
[redacted]

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

ANEXO VII

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
(MODELO)

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

I	Composição da Remuneração	Valor (R$)
A	Salário-base (mão-de-obra contratada)	
Total da Remuneração (R$)		

MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

II	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R$)
A	Transporte + Auxílio-alimentação + Seguro de vida, invalidez e funeral (conforme o caso)	
B	Outros (especificar, se for o caso)	
Total de benefícios mensais e diários (R$)		

MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS

III	Uniformes, materiais, equipamentos e outros	Valor (R$)
A	Uniformes + Materiais + Equipamentos (se for o caso)	
B	Outros (especificar, se for o caso)	
Total dos Insumos Diversos (R$)		

MÓDULO 4 – ENCARGOS SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS

IV	Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R$)
A	13º Salário + Adicional de Férias + Encargos Previdenciários e FGTS	
B	Outros (especificar)	
Total dos Encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas (R$)		

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. [redacted] 136

MÓDULO 5 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (CITL)

V	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(%)	Valor (R$)
A	Custos Indiretos + Tributos		
B	Lucro		
Total dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro (R$)			

Nota (1). Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		**Valor (R$)**
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (A + B +C+ D)		
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado (R$)		

(*) Maiores detalhes quanto às informações das planilhas consultar o Caderno de Logística – Prestação de Serviço de Transporte – Ano 2014. (Capítulo IV – Composição da Planilha de Custos e Formação de Preços – pág. 53)

ANEXO V

ATESTADO DE VISTORIA (MODELO ELABORADO PELA ADMINISTRAÇÃO)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

DISPENSA DO TERMO DE VISTORIA

Atesto, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº 10/2024 – 7º BEC, particularmente, o que concerne o item 1 do Edital em tela, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxxx-xx, por intermédio de seu proprietário(a) e/ou representante o(a) Sr.(a) _____ (nome completo), portador da identidade nº xxxxxx (número e órgão expedidor), que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza da Contratação de serviços controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras do 7º BEC, na forma do Anexo V do Edital.

Rio Branco, AC, ____ de _____ de 2024.

_____
Nome e Cargo do(a) Representante da Empresa
nº do CPF/MF
nº da Identidade e Órgão Expedidor
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. [redacted]

ANEXO IV

ATESTADO DE VISTORIA (MODELO ELABORADO PELA ADMINISTRAÇÃO)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ATESTADO DE VISTORIA

Atesto, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº 10/2024 – 7º BEC, particularmente, o que concerne o item 01 do Edital em tela, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxxx-xx, por intermédio de seu proprietário(a) e/ou representante legal o(a) Sr.(a) _____ (nome completo), portador da identidade nº xxxxxx (número e órgão expedidor), compareceu ao 7º BEC, a fim de verificar *in loco* às condições para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas (Desratização, desinsetização, controle de pombos em caráter preventivo e corretivo) tais como: ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e de mais pragas que possam causar algum dano ao patrimônio e aos usuários, do 7º BEC. Tudo, em estrita conformidade aos serviços previstos no Edital e seus anexos, que, porventura subsidiem os custos diretos e indiretos na formulação da proposta de preços para o referido certame.

Rio Branco, AC, ____ de _____ de 2024.

Ou [redacted]

ANEXO IV

ATESTADO DE VISTORIA (MODELO ELABORADO PELO LICITANTE)

ATESTADO DE VISTORIA

Atesto, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº 01/2024 – 7º BEC, particularmente, o que concerne o item 01 do Edital em tela, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxxx-xx, por intermédio de seu proprietário(a) e/ou representante legal o(a) Sr.(a) _____ (nome completo), portador da identidade nº xxxxxx (número e órgão expedidor), que conhece as condições para Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto (básico e executivo) e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede (on-grid), em estrutura Carport, com fornecimento de toda a mão de obra, materiais, ferramentas, montagem, comissionamento, efetivação do acesso na concessionária local de energia elétrica, suporte técnico, com garantia de 12 meses de todo o sistema, treinamento de militares para operação, nas dependências do 7º BEC, bem como realizou a referida vistoria *in-loco* no local para fornecimento do objeto, conforme item 3.3. do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

Rio Branco, AC, ____ de _____ de 202.

_____
Nome e Cargo do(a) Representante da Empresa
nº do CPF/MF
nº da Identidade e Órgão Expedidor
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 122
[redacted]